

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO:
UMA ANÁLISE DA CATEGORIA.**

LAURA BERALDO AMARAL

Matrícula: 105.033.782

ORIENTADOR: Profa. Maria Mello de Malta

DEZEMBRO 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO:
UMA ANÁLISE DA CATEGORIA.**

LAURA BERALDO AMARAL

Matrícula: 105.033.782

ORIENTADOR: Profa. Maria Mello de Malta

DEZEMBRO 2009

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade da autora.

Perguntas de um Operário Letrado

Quem construiu Tebas, a das sete portas?
Nos livros vem o nome dos reis,
Mas foram os reis que transportaram as pedras?
Babilônia, tantas vezes destruída,
Quem outras tantas a reconstruiu? Em que casas
Da Lima Dourada moravam seus obreiros?
No dia em que ficou pronta a Muralha da China para onde
Foram os seus pedreiros? A grande Roma
Está cheia de arcos de triunfo. Quem os ergueu? Sobre quem
Triunfaram os Césares? A tão cantada Bizâncio
Só tinha palácios
Para os seus habitantes? Até a legendária Atlântida
Na noite em que o mar a engoliu
Viu afogados gritar por seus escravos.

O jovem Alexandre conquistou as Índias
Sozinho?
César venceu os gauleses.
Nem sequer tinha um cozinheiro ao seu serviço?
Quando a sua armada se afundou Filipe de Espanha
Chorou. E ninguém mais?
Frederico II ganhou a guerra dos sete anos
Quem mais a ganhou?

Em cada página uma vitória.
Quem cozinhava os festins?
Em cada década um grande homem.
Quem pagava as despesas?

Tantas histórias
Quantas perguntas.

Brecht

AGRADECIMENTOS

Tantas histórias ao longo desses cinco anos de UFRJ que não poderia deixar de agradecer o carinho de amigos, professores, companheiros e funcionários, com os quais tive o prazer de dividir saudosos momentos da graduação. A princípio, tinha como plano citar cada um nominalmente, mas chegou um momento em que fiquei com receio de esquecer de alguém e parei de citá-los.

Gostaria de agradecer os trabalhadores do sujinho (Tião, Walter, Romarinho, André, Ismael, e o Bigode da cozinha) e do Bar da Economia (China, Marino, Don'Ana, Bigode) que, com uma alegria incansável, me proporcionaram saborear deliciosos pratos feitos e sanduíches. No Sujinho, em especial, vivi bons momentos de boemia. Além de cumprir um importante papel no financiamento de minha alimentação nas intermináveis “pinduras”.

O saudoso Domenico, o André e Edinho que no xérox estiveram presentes ao longo de quase toda a graduação. A organização e a qualidade de seus trabalhos me despertaram a atenção quando precisei utilizar textos xerocados.

Como não lembrar da Anna Lúcia, Paulinho e Darci que sempre resolveram os problemas burocráticos, me lembrando das datas importantes. Além daqueles enormes esporros.... “mas vocês receberam aquela apostila no primeiro dia de aula com todas as normas”

À Flavinha, Maristela e as secretárias e bibliotecários do CCJE e CBPF que estiveram presentes de forma constante, ao longo desses cinco. Tantos foram os rapazes e as moças da limpeza, da jardinagem e da vigilância com os quais não me foi possível criar vínculos duradouros em função de seus contratos terceirizados. Ainda assim, não poderia deixar de citá-los pela importância de suas tarefas.

Gostaria de agradecer os grandes mestres que, no IE, me ensinaram as diversas teorias da ciência econômica, em especial os professores João Sabóia, Galeno Ferraz, Elisa Miller, Marcelo Paixão, Valeria da Vinha, Carlos Aguiar Medeiros, Denise Gentil, Fábio Freitas, Fábio Erber, Mário Possas, Reinaldo Gonçalves, além dos queridos professores da Escola de Serviço Social José Paulo Netto e Sara Granemman.

Não poderia deixar de agradecer toda equipe do DIEESE, os grandes amigos da época do colégio. Agradecer em especial àqueles amigos que conheci nos tempos universitários pelos grandes debates e pelo enorme carinho, além dos queridos companheiros do CA e do movimento estudantil “Nós Não Vamos Pagar Nada”, em especial Anderson Tavares, pelo seu amor e companheirismo.

Por fim gostaria ressaltar o importante papel dos camaradas do Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA) e do Núcleo de Educação Popular (NEP) 13 de Maio, e de minha família. O LEMA pela enorme atenção e rigor acadêmicos, em especial a professora Maria Malta que orientou esse trabalho. O NEP 13 de Maio pela desconstrução de certezas e por ressaltar os velhos sonhos. A família, em especial ao meu pai, pelo carinho e compreensão incondicionais.

RESUMO

O presente trabalho pretende apresentar as bases teóricas que sustentam a categoria Desenvolvimento Desigual e Combinado (DDC). A categoria em questão é uma importante contribuição às reflexões sobre a influência da expansão mundial do capital na formação do modo de produção capitalista nos países de desenvolvimento capitalista tardio.

A noção do DDC aparece pela primeira vez, de forma organizada, na obra do russo Léon Trotsky. O objetivo desse trabalho é, então, destacar os elementos filosóficos, econômicos e históricos que deram sustentação teórica à elaboração da categoria, nas principais obras do autor. É reservado um capítulo para cada um desses elementos. Por fim, será apresentada a síntese que constitui a categoria desenvolvimento desigual e combinado.

ÍNDICE

RESUMO	6
INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I - OS ELEMENTOS FILOSÓFICOS DE REFERÊNCIA PARA CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA	12
I.1 O Desenvolvimento Desigual e Combinado e o Resgate da Totalidade	12
I.2 Método Dialético e a Totalidade	12
I.3 Método Dialético e o Materialismo Histórico	15
CAPÍTULO II - OS ELEMENTOS ECONÔMICOS	17
II.1 A Lei Geral da Acumulação Capitalista	17
II. 2 A tendência à Queda na Taxa de Lucro	23
II. 3 O Imperialismo	27
CAPÍTULO III: O SURGIMENTO DA CATEGORIA NO DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO RUSSO	33
III. 1 A necessidade do resgate da análise da história	33
III. 2 Os principais traços específicos do desenvolvimento do capitalismo na Rússia	34
III. 2.1 Introdução e o Primeiro Impulso Modernizador	34
III. 2.2 Guerra da Criméia e a abolição da Servidão	36
III. 2.3 Estado Tzarista e o Capital Europeu	39
III. 2.4 Estado Tzarista, Burguesia e Proletariado Russos.	42
III. 2.5. O Proletariado Russo	44
CAPÍTULO IV: A CATEGORIA DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO	48
IV. 1 A Categoria	48
CONCLUSÃO	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55

INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX, parte do pensamento marxista foi marcada por uma noção de progresso linear, por uma análise do desenvolvimento capitalista que se convencionou chamar de etapista. Construiu-se a crença de que as nações percorrem paralelamente um mesmo caminho de desenvolvimento traçado pelos países de capitalismo desenvolvido. Esse pensamento pode ser identificado, especialmente, na linha estalinista da Terceira Internacional Comunista (IC) que se refletiu nos programas dos partidos comunistas, a partir do final dos anos de 1920.

Tal pressuposto levou a construção de táticas políticas de apoio dos partidos comunistas (PCs) aos partidos das burguesias nacionais dos países periféricos. Dessa forma, esperava-se cumprir a etapa da revolução “democrático-burguesa”, na qual se encontravam os países capitalistas centrais, para, então, alcançar a etapa socialista da revolução. A construção teórica da IC desconsiderava a própria experiência da Revolução Russa de 1917 em que a revolução “democrática burguesa” não foi realizada por completo.

A Rússia pré-revolucionária, vivendo ainda um regime político feudal, combinava estruturas sociais das antigas formas da organização da produção feudal com as mais avançadas relações sociais de produção capitalista. Nesse sentido, a experiência russa de 1917 demonstra que sob a égide da expansão do capital financeiro, a análise do processo de desenvolvimento não pode considerar as nações de maneira isolada, mas sim como parte de um todo articulado. É exemplo de uma estrutura na qual o atraso combina-se com o moderno, numa forma específica de organização social. Tal estrutura é expressão de um padrão de desenvolvimento histórico determinado que apresenta traços comuns a todo o desenvolvimento capitalista e que, concomitantemente, contém um conjunto de contradições que lhe são próprios.¹

As análises das realidades locais que subsidiaram os programas dos PCs apresentam-se, em grande parte, como a adaptação mecânica das experiências históricas dos países centrais para os países de desenvolvimento capitalista tardio e dependente. Sublinhe-se que essa opção tática e essa análise da realidade foram alvo de críticas de militantes dos próprios PCs e de outros intelectuais, as quais, contudo, não alcançara grande expressão.

¹ Trotsky (1930)

Esse tipo de análise, ademais de mecanicista, abandona um dos elementos fundantes do marxismo, o método do materialismo histórico dialético, uma vez que não observa os diversos processos de acumulação capitalista enquanto unidade. Como foi dito acima, os PCs, ao analisarem realidades históricas distintas e específicas de forma esquemática, como sujeitas a uma mera repetição das fases que percorreram os países capitalistas centrais, foram levados a apoiar a constituição e a consolidação de burguesias nacionais nos países de desenvolvimento atrasado ou tardio. Essa perspectiva é compatível com um quadro analítico no qual o desenvolvimento destes últimos e o desenvolvimento dos países imperialistas estão contrapostos numa relação antagônica. De fato, nesses casos, o capital estrangeiro passa a ser visto, em grande parte, como um limitador do desenvolvimento de um capitalismo de cunho nacionalista, marcado pela presença de uma burguesia nacional relevante. Constrói-se, em tese, um pretenso antagonismo entre as burguesias das nações imperialistas e as burguesias nacionais daqueles países. Tal análise desconsidera, por conseguinte, que o desenvolvimento de capitalismo atrasados e tardios e o desenvolvimento das potências capitalistas constituem uma totalidade articulada.

A ausência de uma totalidade articulada também esteve presente em grande parte do pensamento social brasileiro, sobretudo o das décadas de 1950 e de 1960. Tal pensamento se caracterizou pela descrição de um país dual. A estrutura econômica, política e social brasileira era concebidas como constituída por dois pólos. De um lado, a agricultura representando o atraso, de outro, setores industriais que apontavam para um projeto de país potência. A dimensão externa estaria, do mesmo modo, caracterizada por um dualismo: imperialismo versus nação.²

Ao opor o setor moderno ao arcaico e a nação ao imperialismo, essa análise da realidade brasileira constrói uma relação antitética que acaba por não observar que tais elementos constituem uma totalidade. Os setores modernos e arcaicos articulam-se e realimentam-se, longe de funcionarem como obstáculos mútuos.³ Sublinhe-se, todavia, que essa dualidade marcou o pensamento desenvolvimentista da CEPAL e do ISEB, assim como os programas da revolução comunista do PCB.

Neste contexto, é importante resgatar categorias desenvolvidas no âmbito do próprio marxismo que procuraram questionar essa visão. Para tanto, neste trabalho, categoria chave é o Desenvolvimento Desigual e Combinado (DDC). Retomar o conceito de DDC permite, ao

² Demier (2008)

³ Oliveira (1972)

mesmo tempo, recuperar a dialética como instrumento analítico da realidade e sublinhar a dimensão de totalidade no pensamento marxista acerca do desenvolvimento sócio-econômico na periferia do capitalismo. Ademais, possibilita questionar e problematizar a tática da revolução democrático-burguesa adotada pelo PCB, nesse período.

Segundo Löwy (2000), a categoria do DDC é uma ferramenta importante para se apreender a lógica das contradições econômicas e sociais inerentes aos países de capitalismo tardio e dependente. Em decorrência, serve como um instrumento fundamental para a análise das especificidades de suas realidades, assim como para a construção de um projeto revolucionário a eles associado.

Neste sentido, esse trabalho visa mostrar como a noção do desenvolvimento desigual e combinado é construída no pensamento marxista. A hipótese central é que a categoria em questão, encontrada pela primeira vez de forma clara na obra de Trotsky, tem como referência e fundamento três eixos teóricos, a saber: o método do materialismo histórico dialético, os mecanismos de acumulação e de expansão do capital e a experiência histórica russa.

Ao construir a análise da realidade russa, Trotsky não abandonou um dos elementos centrais do marxismo, o método materialista dialético, como foi comum em autores de sua época. Nesse sentido, o primeiro capítulo será dedicado à exposição do método que sustenta a construção da categoria. Serão utilizados, para tal, autores como Marx, Lowy, Kosik, Carvalho, entre outros.

O ponto de partida de Trotsky para os estudos do início do século XX foi análise das transformações da sociedade russa a partir de sua inserção no sistema capitalista. Assim, o segundo capítulo apresenta os principais mecanismos do modo de produção capitalista que implicaram sua expansão em escala global. Ademais, examina a forma pela qual esse processo influenciou a estrutura social dos países de desenvolvimento capitalista tardio ou atrasado. Nesse caso, serão resgatados autores como Marx, Engels, Lênin, Dobb.

Vale ressaltar, ainda, que Trotsky analisou cuidadosamente as características peculiares do desenvolvimento russo, análise essa que fez da história russa um dos principais substratos da categoria DDC. Por essa razão, o terceiro capítulo apresenta alguns dos elementos do processo histórico russo, com destaque para os mais relevantes para o entendimento da noção do DDC.

Em resumo, a categoria DDC será analisada no presente trabalho a partir dos elementos filosóficos, econômicos e históricos que sustentam sua construção teórica. Para cada um deles é reservado um capítulo. Por fim, apresenta-se uma síntese do significado da categoria desenvolvimento desigual e combinado.

É relevante reiterar que este trabalho visa mostrar as referências teóricas utilizadas para a elaboração da categoria de DDC, assim como resgatar sua importância como instrumento analítico para a compreensão da formação e do desenvolvimento do modo de produção capitalista, sobretudo nos países em que esse processo se fez num momento em que o capital financeiro vinha se tornando hegemônico nas economias capitalistas centrais.

CAPÍTULO I - OS ELEMENTOS FILOSÓFICOS DE REFERÊNCIA PARA CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA

Este capítulo tem por objetivo apresentar os principais elementos filosóficos que sustentam a categoria Desenvolvimento Desigual e Combinado, além de resgatar o método que confere lógica a sua construção. Isso significa enfatizar a importância da recuperação da dialética como instrumento de conhecimento da realidade.

I.1 O Desenvolvimento Desigual e Combinado e o Resgate da Totalidade

A categoria DDC é encontrada pela primeira vez de forma mais clara na obra de Trotsky. Ao analisar a realidade russa, o autor afirma que as formas sociais resultantes das desigualdades de ritmo do desenvolvimento das forças produtivas se amalgamam em uma totalidade complexa. As formas contraditórias das estruturas sociais resultante desse desenvolvimento desigual não se contrapõem, mas se combinam. Trotsky sintetiza tal processo na categoria do DDC.

O revolucionário russo não perde de vista dois elementos centrais na tradição marxista: o método de análise e as leis de tendência do modo de produção capitalista. Segundo Löwy (2000, p.74), *“o que distingue, do ponto de vista metodológico, o marxismo de Trotsky daquele dominante na Segunda Internacional é, antes de tudo, a categoria da totalidade — segundo Lukács, o princípio revolucionário por excelência no domínio do conhecimento”*.

Nesse sentido, para a análise do DDC de Trotsky, é preciso resgatar a categoria totalidade, uma das categorias centrais no processo de produção dialética do conhecimento. Segundo Carvalho (2007), em tempos de descosturas e pós-modernismos, nunca é demais lembrar a relevância da totalidade, sem a qual qualquer interpretação teórica fica reduzida a um amontoado desarticulado de fragmentos.

I.2 Método Dialético e a Totalidade

Marx e Engels apresentam, ao longo de suas obras, o método de análise utilizado, o qual combina o pressuposto materialista e a lógica dialética. Esta seção tem como objetivo identificar alguns princípios gerais que caracterizam essa lógica e apontar como ela apreende a realidade objetiva.

A lógica de uma construção científica é a forma de organizar o pensamento que a produz. Os argumentos científicos que seguem uma mesma lógica podem ter pressupostos diferentes. Marx incorpora, por exemplo, apenas a lógica dialética de Hegel, mas no que diz respeito aos pressupostos, o primeiro utiliza o materialismo, enquanto o segundo o idealismo.

A dialética trata da lógica sob a qual o pensamento se estrutura para buscar compreender o fenômeno. Procura entender o movimento do próprio do fenômeno estudado. Uma forma não apenas é. Ela “era, é e tende a ser”, estando em movimento contínuo de transformação.

Em a *Introdução à crítica a Economia Política*, Marx expõe que em sua análise do fenômeno a ser estudado parece, a primeira vista, ser correto começar pelo real e pelo concreto. No entanto, afirma que, após uma observação mais aguda, essa perspectiva mostra-se incompleta⁴. Não é suficiente observar o concreto para desvelar suas partes constituintes. Isso porque, em um primeiro momento, a realidade apresenta-se à consciência como representação plena e caótica do todo.

A análise do todo é feita por meio de abstrações, por decomposições cada vez mais tênues do todo em partes, até as determinações mais simples e gerais. Sublinhe-se, no entanto, que o conhecimento da realidade não consiste em um somatório de partes.

A realidade objetiva é entendida como uma totalidade complexa. A compreensão dialética da realidade significa, nas perspectivas de Marx, observar como essas partes relacionam-se entre si e com o todo. E, também, compreender que o todo se cria a si mesmo na interação das partes, não podendo ser congelado.

O conhecimento das partes do todo não é ainda conhecimento, nem das partes e nem do conjunto. A abstração é apenas um meio, não o fim do conhecimento.

O conhecimento da totalidade objetiva só é possível se as partes, abstraídas do todo pelo pensamento, forem rearticuladas ao todo concreto. As partes adquirem características que não teriam caso estivessem fora do conjunto. Esse processo de abstrair as partes e de

⁴“Se começasse, portanto, pela população, elaboraria uma representação caótica do todo e, por meio de determinações mais estreitas, chegaria analiticamente, cada vez mais, a conceitos mais simples; do concreto representado chegaria a abstrações cada vez mais tênues, até alcançar a determinação mais simples. Chegado a esse ponto, teria que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas dessa vez não como uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas”. (Marx, 1857, p 258)

reconstruir o todo concreto, enquanto concreto pensado, são momentos que se implicam mutuamente.

O conhecimento das partes e do todo pressupõe uma reciprocidade. Isso porque o que dá significado, tanto ao todo, quanto às diversas partes que o formam, são determinações. Em outras palavras, são as relações que as partes estabelecem entre si que conferem forma ao todo. Essas determinações recíprocas entre o todo e as partes constituem a essência do método dialético.

As relações que as partes estabelecem entre si que implicam em contradição ou antagonismo são as conexões de maior relevância, uma vez que são definidoras dos momentos tanto de unidade, quanto de ruptura da totalidade. São definidoras, portanto, de seu movimento. Cada forma traz em si determinadas relações contraditórias, aquelas que levaram à sua ruptura. Cada forma traz em si o germe de sua superação⁵.

Tais relações de contradição chegam a determinado nível de desenvolvimento que rompe com sua forma e conteúdo, momento em que ocorre um salto de qualidade. Neste ponto surge uma nova forma, que supera a antiga, mas carrega alguns de seus elementos. Como também apresenta o germe que gerará a sua superação, ou seja, sua negação. O movimento se dá, portanto, continuamente.

Com isso, pode-se observar a importância tanto dos sucessivos processos de abstrações, da decomposição do objeto em diversas partes, quanto do caminho de volta ao objeto. Se o processo de conhecimento parasse nas abstrações, as relações contraditórias entre as partes apareceriam como relações excludentes, mas ao recompor as partes ao todo, revelam-se como as relações fundantes da totalidade do objeto estudado.

O concreto aparente ganha novo significado. O concreto pensado revela-se como síntese de múltiplas determinações. Como afirma Marx:

O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, e não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida, e, portanto, também, o ponto de partida da intuição e da representação. (Marx, 1857, p. 258).

⁵ Vale lembrar que a palavra superação na obra de Marx ganha significado diferente do habitual usado na língua portuguesa. Ver KONDER, 1981.

Em suma, caminho percorrido pelo pensamento foi do concreto aparente à abstrações cada vez mais tênues, até atingirmos as mais simples determinações. Neste ponto, inicia-se a viagem de volta até chegarmos ao concreto, agora não mais como uma representação caótica do todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas. Segundo Kosik, em *A Dialética do Concreto*, “o pensamento dialético parte do pressuposto de que o conhecimento humano se processa num movimento em espiral, do qual cada início é abstrato e relativo”.(p.41).

Trotsky, ao observar a realidade russa, busca percorrer o caminho acima apresentado. O revolucionário russo traça uma minuciosa análise dos elementos chave da história de seu país, e explicita as relações estabelecidas entre eles. Procura articular, sobretudo, as características peculiares do desenvolvimento russo com aquilo que é próprio ao processo de formação do modo de produção capitalista. Recupera, assim, na compreensão da realidade russa, a dimensão da totalidade.

I.3 Método Dialético e o Materialismo Histórico

O método de Marx reabre o espaço para a incorporação da dimensão histórica na elaboração da ciência. O primeiro ato histórico dos seres humanos é, segundo o autor, o trabalho, entendido como ato que transforma a natureza para produzir os meios necessários à produção e reprodução da vida.

No Prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, Marx expõe que as relações que os homens estabelecem para produção social da vida (independes de sua vontade) correspondem a um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas materiais, a um determinado momento histórico. O conjunto dessas relações e forças produtivas forma o que o autor chamou de estrutura econômica da sociedade.

A partir da estrutura econômica, se ergue uma superestrutura jurídica, política e formas da consciência social. O modo pelo qual os seres humanos produzem a vida material determina como as relações da vida social e política serão estabelecidas. Ao mesmo tempo, a forma com que tais relações se dão influencia a maneira com que os homens produzem os elementos de sua sobrevivência.

Quando as forças produtivas materiais da sociedade atingem determinado nível de desenvolvimento, entram em contradição com as relações de produção existentes que se

transformam em seu entrave. Abre-se a possibilidade de um período de intensas mudanças no modo de produção da vida social. Com a transformação na base econômica modifica-se, mais devagar ou mais depressa, toda a imensa superestrutura.

No entanto, não basta que as relações de produção e forças produtivas estejam em conflito. As condições materiais para novas relações sociais devem ter sido incubadas na velha sociedade. A velha sociedade deve estar prenhe da nova. Enfim, Marx afirma que:

Uma sociedade jamais desaparece antes que todas as forças produtivas sociais estejam desenvolvidas e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade (Marx, 1858, p. 48).

Como foi visto acima, as relações contraditórias são definidoras do movimento do objeto estudado em contínuo “era, é, tende a ser”. A nova forma, ao mesmo tempo em que supera a antiga, carrega alguns de seus elementos, como também apresenta, ainda em germe, o que gerará a sua superação, ou seja, sua negação.

Essas relações pertencentes a sociedades anteriores só aparecem na sociedade nova de maneira atrofiada ou até mesmo disfarçada, pois, em cada formação social, existe uma determinada relação de produção que estabelece os limites e a importância de todas as outras relações. “*É uma iluminação universal em que atuam todas as cores, e às quais modifica em sua particularidade. É como um éter especial, que determina o peso específico de todas as coisas às quais põe relevo*”.(Marx, 1857, p.266).

Na sociedade burguesa, o capital, entendido como uma relação social, é a potência que domina tudo. A agricultura que, a primeira vista, parece ser o ponto de partida natural, pois é a fonte de produção da vida, transforma-se em um ramo industrial. Passa a ser dominada pelo capital.

A análise das formações sociais deve, portanto, observar como os homens produzem e reproduzem sua vida, quais relações eles estabelecem, que tipos de relações constituem a iluminação geral que banha todas as outras cores e modifica as suas tonalidades particulares, e como essa modificação se expressa nas esferas sociais.

Posteriormente, pensadores como Trotsky recuperam, em seus escritos, a análise de como as relações pertencentes a sociedades anteriores aparecem atrofiadas, se relacionam com as relações determinantes e as modifica.

CAPÍTULO II - OS ELEMENTOS ECONÔMICOS

A expansão do capital em nível mundial encontrava-se ainda em germe quando Marx escreve boa parte de sua obra. No entanto, ao fazer a crítica da Economia Política e ao analisar o movimento do capital, Marx e Engels apontam algumas tendências que se confirmaram ao longo do decorrer histórico.

Posteriormente, teóricos como Lênin e Trotsky, à luz de suas realidades, desenvolveram análises sobre a expansão do capital em nível mundial e suas influências nos países onde o capitalismo ainda não havia se constituído plenamente. É nesse contexto que se insere a categoria de DDC construída por Trotsky.

O ponto de partida dos estudos de Trotsky é a análise da profunda relação entre o desenvolvimento capitalista russo e o capital financeiro europeu. Nesse sentido, o objetivo desse capítulo é apresentar os principais mecanismos que sustentam a construção teórica marxiana da tendência à expansão mundial do capitalismo e como esses movimentos irão influenciar o desenvolvimento dos países de capitalismo tardio.

Para tal, esse capítulo será dividido em três seções. As duas primeiras são reservadas para exposição da contribuição de Marx, a partir da lei geral da acumulação capitalista e da tendência à queda da taxa de lucro. Na terceira seção, serão apresentados alguns elementos desenvolvidos por Lênin em *o Imperialismo* que constroem o pano de fundo do desenvolvimento capitalista na Rússia.

II.1 A Lei Geral da Acumulação Capitalista

Marx, no capítulo “A Lei Geral da Acumulação Capitalista” do livro *O Capital*, explicita os mecanismos centrais do funcionamento do sistema capitalista. Entender esses mecanismos de reprodução do capital significa compreender a influência que sua expansão exerce sobre a classe trabalhadora, tanto nos países centrais quanto nos de capitalismo tardio.

Uma vez consolidados os fundamentos do sistema capitalista⁶, Marx, no capítulo em debate, aponta que no processo de acumulação capitalista “surge sempre um ponto em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se torna a mais poderosa alavanca da acumulação”.(Marx, 1857 b, p. 194).

⁶ Ver Marx (1867 b), em especial capítulo 24 sobre a acumulação primitiva.

A produtividade social do trabalho se expressa no volume relativo dos meios de produção que um trabalhador transforma em produto, durante um determinado período de tempo e com o mesmo gasto de força de trabalho. Assim, a massa dos meios de produção que é transformada em produto cresce com o aumento da produtividade do trabalho.

O crescimento dos meios de produção (maquinário, matérias-primas, etc), que é ao mesmo tempo condição e consequência do aumento da produtividade social do trabalho, desempenha um duplo papel. De um lado, a concentração dos meios de produção permite que se desenvolvam relações de trabalho em que, por exemplo, a cooperação esteja presente de forma mais intensa. Isso faz com que o volume de meios de produção transformados pelos trabalhadores cresça. O crescimento de meios de produção e sua concentração se apresentam como condição para a elevação da produtividade do trabalho social. Por outro lado, com o aumento da produtividade do trabalho, há também um crescimento no volume de meios de produção que é consumido no processo de trabalho. Nesse sentido, o elevado uso dos meios de produção é a consequência da crescente produtividade.

Segundo Marx (1867 b), sendo condição ou consequência, o crescimento do volume dos meios de produção, em comparação com a força de trabalho que os consome, expressa a elevação da produtividade do trabalho.

O crescimento da massa dos meios de produção, comparada à massa da força de trabalho que os transforma em produtos se expressa também na composição do valor do capital. A mudança na composição técnica do capital acima descrita faz com que o componente constante do valor seja aumentado relativamente à sua componente variável. A alteração na composição técnica reflete-se, portanto, na composição orgânica do capital.

O aumento da composição orgânica do capital (relação entre o capital constante e o capital variável) é um fator importante uma vez que o aumento da produtividade do trabalho social gera uma acentuada redução relativa do capital variável empregado.

Ao reduzir progressivamente o componente variável, as mudanças na composição técnica reduzem a demanda relativa de trabalho. A acumulação capitalista produz, portanto, crescentemente uma população trabalhadora adicional. Essa população adicional é chamada por Marx de Exército Industrial de Reserva (EIR).

O EIR, por sua vez, torna-se não só uma alavanca para a acumulação, mas também uma condição necessária ao processo de acumulação capitalista. Grandes massas de trabalhadores precisam estar disponíveis para serem lançadas subitamente no processo produtivo, sem o risco de quebra de escala de produção. Ajustando-se, com isso, às diferentes fases do ciclo produtivo.

Os efeitos do crescente progresso técnico, que se expressa no aumento relativo do capital constante, vão além da concorrência intercapitalista e atuam também na luta de classes entre burguesia e proletariado.

O EIR é uma das formas que o capital encontra para reduzir, absoluta ou relativamente, os salários dos trabalhadores e aumentar lucros. O que está em disputa, portanto, é a apropriação do excedente.

Essa disputa não é determinada pelo movimento do número absoluto da população trabalhadora, mas sim pela proporção em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, pelo grau que a força de trabalho ora é absorvida, ora liberada. Com isso, o aumento do EIR pressiona o salário para baixo. A capacidade de consumo reduz-se também.⁷

Marx coloca, neste contexto, a necessidade da organização conjunta e planejada dos empregados com os desempregados para eliminar ou enfraquecer as ruinosas conseqüências que a produção capitalista exerce sobre a classe trabalhadora. Isso porque toda ação de solidariedade entre a classe trabalhadora perturba o mecanismo de produção e reprodução do EIR.

(...) assim que, nas colônias, por exemplo, circunstâncias adversas perturbem a criação do exército industrial de reserva e com ele, a dependência absoluta da classe trabalhadora em relação à classe capitalista, o capital, (...), rebela-se contra a 'sagrada' lei da demanda e oferta e trata de promover aquela criação por meios coercitivos. (Marx, 1867, p. 206).

O uso da violência será comum na expansão mundial do capitalismo, tanto para o controle da força de trabalho quanto na disputa entre as potências para garantir o domínio sobre determinada área. Lênin (1916) aponta esses dois movimentos como característicos do Imperialismo, fase do capitalismo monopolista. Nesse sentido, Lênin afirma que as relações

⁷ Já o valor da força de trabalho, assim com outras mercadorias, é dado pela quantidade de trabalho necessária para sua produção e reprodução. No entanto, a mercadoria força de trabalho tem características diferentes. Seu valor, o salário, também é resultado do patamar do desenvolvimento histórico e de luta de classe.

entre grupos de capitalistas são baseadas na partilha econômica do mundo, na luta pela posse de colônias.

Além do mecanismo de coerção, Lênin aponta, também, como um importante elemento de controle os mecanismos que geram consenso. Os jornalistas burgueses, por exemplo, defendem, de forma pouco velada, o imperialismo dissimulando nele a dominação e suas raízes. O imperialismo utiliza-se também do mecanismo de cooptação de parte da classe trabalhadora que irá difundir os interesses burgueses, atuando no controle da força de trabalho. Nesse sentido, a expansão mundial do capital traz consigo novas formas de dominação e controle da classe trabalhadora que vão além da coerção exposta por Marx no trecho acima.

Como foi visto, o crescimento e a concentração dos meios de produção são condições para o aumento da produtividade social do trabalho. Nesse sentido, a acumulação de capital se acelera na medida em os meios de produção e de comando sobre o trabalho se encontram mais concentrados. Vejamos, então, como esse processo se desenvolve.

Ao longo do livro *O Capital*, Marx mostra como o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho pressupõe a cooperação em larga escala. Explicita também, em especial na seção IV do livro I quando descreve a passagem do artesanato para a grande indústria, como, a partir desse pressuposto, a divisão social do trabalho se intensifica e como se deu a incorporação da ciência no processo produtivo.

Os mecanismos que elevam a produtividade do trabalho, como a divisão do trabalho mais intensiva, o uso de meios de trabalho coletivos; têm como base, portanto, relações de trabalho em que a cooperação se dá em volume elevado.

Os métodos de elevação da produtividade do trabalho são métodos que fazem aumentar a produção de mais-valia. Isso porque em um mesmo tempo de trabalho serão, agora, produzidos mais produtos. Em se mantendo o mesmo valor da força de trabalho, o capitalista se apropria de uma parcela maior da produção. Por outro lado, cada produto isolado, sob os novos métodos produtivos, será produzido em tempo menor de trabalho. Dessa forma, seu valor tenderá a cair. Entretanto, o capitalista aumenta seu ganho através do aumento do montante de valor produzido. A produção e apropriação de mais valia crescentes são, por sua vez, o elemento constitutivo da acumulação capitalista.

A mais-valia produzida é continuamente acumulada, isso é, transformada em capital. A grandeza do capital que entra em novo processo produtivo tende a crescer. A acumulação ampliada de capital torna-se, com isso, o fundamento para uma escala cada vez maior da produção e para a aplicação de métodos de elevação da produtividade da força de trabalho e da produção acelerada de mais valia.

Marx (1867 b) afirma que “todo capital individual é uma concentração maior ou menor de meios de produção com o comando correspondente sobre um exército maior ou menor de trabalhadores” (p.196). Com o processo de acumulação ampliada, os capitais individuais crescem e com isso a concentração de meios de produção também se amplia. Ao mesmo tempo, parcelas dos capitais originais se separam e passam a funcionar como novos capitais independentes. Entre outros fatores, Marx apresenta como exemplo dessa fragmentação a partilha da fortuna das famílias capitalistas entre seus membros.

A acumulação se apresenta, por um lado, como concentração crescente dos meios de produção e do comando do trabalho. Por outro, ela aparece como fragmentação de capitais antigos e constituição de novos capitais.

A fragmentação do capital global em muitos capitais individuais, por sua vez, é oposta pelo processo de atração desses capitais individuais. Esse movimento difere da concentração simples de meios de produção e de comando sobre o trabalho. O processo de atração centraliza os capitais individuais, pertencentes a vários proprietários, em um movimento que concentra os capitais já constituídos. Apresenta-se, assim, como um processo de expropriação de capitalista por capitalista.

A centralização pode ocorrer por meio de mudança da distribuição dos capitais já existentes. Esse processo não depende necessariamente do crescimento da grandeza do capital social. Segundo Marx (1867 b), é “especialmente isso que diferencia a centralização e a concentração, que é apenas outra expressão para a reprodução em escala ampliada”.(p.197)

Marx, ao longo do *O Capital*, mostra como a concorrência entre os capitalistas é determinante no processo de acumulação e no desenvolvimento das forças produtivas. Um dos mecanismos da luta da concorrência apontados pelo autor é o barateamento das mercadorias. A redução do valor das mercadorias depende em grande medida do aumento da produtividade do trabalho. Este, por sua vez, pressupõe a ampliação na escala de produção. Dessa forma, na concorrência capitalista, os capitais maiores derrotam, assim, os menores.

As possibilidades de desenvolvimento da produtividade do trabalho se multiplicam com o aumento da escala de produção. Com isso, a dimensão mínima do capital individual exigido para levar adiante um negócio em condições normais deve aumentar. Os capitais menores, assim, passam a atuar nos setores da produção em que a grande indústria ainda não se apoderou por completo.

Segundo Marx (1867 b), a concorrência termina sempre com a quebra de muitos capitalistas menores. Em sua maior parte esses capitais transferem-se para as mãos daqueles que tiveram êxito na concorrência. Parte deles é destruída.⁸ A concorrência entre capitalistas tem como um dos resultados a concentração de capitais menores em maiores, ou seja, o processo de centralização de capitais.

O desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e o processo de alteração na composição técnica do capital não avançam apenas com o crescimento da acumulação capitalista. Ambos os processos ocorrem de forma muito mais rápida, pois são acompanhados pela centralização dos capitais individuais. A centralização coloca os capitalistas em condição de expandir a escala de suas operações em proporções e ritmos mais intensos.

A acumulação de capitais, o aumento gradual do capital através de sua reprodução ampliada, é um processo lento, se comparado com a centralização. “O mundo estaria sem estradas de ferro, caso ficasse esperando até que a acumulação de alguns capitais individuais alcançasse o tamanho requerido para a construção de uma estrada de ferro”.(Marx, 1867 b, p.198).

Marx aponta que a centralização se dá de forma ainda mais rápida através da “sociedade por ações”. Ao longo do final do século XIX, esse processo se intensifica e será objeto de estudo de autores como Lênin em o *Imperialismo*.

Assim, a centralização reforça e amplia os efeitos da acumulação, acelerando o desenvolvimento das forças produtivas e as mudanças na composição orgânica do capital, que aumentam sua parte constante em relação à sua parte variável.

Nesse sentido, a centralização de capital amplia o processo de acumulação, conferindo um extraordinário poder de expansão ao capital. A busca de novos espaços de inversão e

⁸ Marx (1867 b) destaca também o papel que o sistema de crédito passa a ter na luta pela concorrência e na centralização dos capitais “(...) o sistema de crédito, que, em seus primórdios, se insinua furtivamente como modesto auxiliar da acumulação, (...) logo se torna uma nova e temível arma na luta da concorrência e finalmente se transforma em enorme mecanismo social para a centralização.” (p. 197)

realização levará o capital, agora se reproduzindo em escala bastante ampliada, adentrar por todas as esferas da vida social e diversos lugares do globo, como será visto nas próximas seções. As relações resultantes desse processo foram desenvolvidas por autores como Lênin, em *Imperialismo*, e Trotsky, em *A História da Revolução Russa*.

II. 2 A tendência à Queda na Taxa de Lucro

Como foi visto na seção anterior, Marx sinaliza, ao analisar o movimento do capital, uma importante tendência à centralização⁹ dos capitais que se expressará, em um momento histórico posterior, sob a forma de monopólios.

O desenvolvimento das forças produtivas se expressa, como foi visto, na elevação da composição orgânica, (c/v). Ou seja, na redução relativa do capital variável em relação ao constante. O desenvolvimento das forças produtivas faz com que o mesmo número de trabalhadores, representado pelo capital variável, utilize produtivamente, no mesmo espaço de tempo, massas crescentes de meios de produção, representadas pelo capital constante.

O aumento da composição orgânica, além da formação de um EIR, da intensificação da concentração e centralização dos meios de produção, gera também relevante influência no movimento da taxa de lucro. Vejamos, então, como isto ocorre.

Marx mostra que a taxa de mais valia (m/v) se expressa em diversas taxas de lucro conforme o capital global aplicado (c+v). A taxa de lucro, por sua vez, mostra a relação entre massa de mais valia e capital global aplicado. A taxa de lucro pode também se expressar na relação entre a taxa de mais valia e a composição orgânica acrescida de uma unidade:

$$(\text{Taxa de lucro} = m / (c+v) = (m/v) / (c/v) + 1)$$

O aumento progressivo do capital constante em relação ao variável tem como conseqüência direta a queda gradual da taxa de lucro, enquanto se mantém constante a taxa de mais valia. Porém mesmo elevando-se o grau de exploração da força de trabalho ainda é possível uma resultante de queda na taxa de lucro. Isso porque o capital global (c + v) cresce

⁹ “À medida que se desenvolve a produção e acumulação capitalista, na mesma medida desenvolve-se concorrência e crédito, as duas mais poderosas alavancas da centralização. Paralelamente, o processo de acumulação multiplica a matéria centralizável, isto é, os capitais individuais, enquanto expressão da produção capitalista cria aqui a necessidade social, acolá os meios técnicos, para aquelas poderosas empresas industriais cuja realização se liga a uma centralização prévia do capital. Hoje, portanto, a força de atração recíproca dos capitais individuais e tendência à centralização são mais fortes em que qualquer ocasião anterior.” (Marx, 1985, p. 197).

em progressão mais rápida que o aumento da massa de mais valia, o aumento da massa de lucro. “A tendência gradual, para cair, da taxa de lucro é, portanto, apenas expressão, peculiar do modo de produção capitalista, do progresso da produtividade social do trabalho” (Marx, 1867 a, p 243).

A queda da taxa de lucro e acumulação acelerada são aspectos diferentes do mesmo processo - o desenvolvimento das forças produtivas - que se relacionam. A acumulação acelera a queda da taxa de lucro, na medida em que acumulação gera concentração do trabalho em grandes escalas e, portanto, composição orgânica do capital mais elevada. A queda da taxa de lucro, por sua vez, acelera a concentração do capital e sua centralização, pois, com uma taxa de lucro baixa, a magnitude absoluta da mais valia que o capitalista se apropria dependerá do tamanho do capital adiantado. Os capitais de grande porte expropriam os menores. “Esse processo não tardaria em levar à catástrofe a produção capitalista, se além dessa força centrípeta, não estivessem sempre atuando tendências contrárias, de efeito descentralizador”. (Marx, 1867 a, p 283).

Nesse processo, há fatores que atuam tanto no sentido de queda da taxa de lucro quanto no sentido oposto. Assim, sob determinadas circunstâncias, o efeito da lei é anulado ou reduzido, dando-lhe um caráter de tendência. O aumento do grau de exploração, a redução dos salários, a baixa nos preços dos elementos constantes, superpopulação relativa, o comércio exterior e o aumento do capital de ações são fatores que Marx desenvolve no capítulo 14 do livro III.

O aumento da intensidade, o aprimoramento técnico, e, sobretudo, o prolongamento da jornada de trabalho fazem aumentar a massa de trabalho excedente sem modificar a relação entre a força de trabalho aplicada e o capital constante que ela põe em movimento. A taxa de mais valia eleva-se. Esse aumento é um dos fatores que contribuem para elevar a taxa de lucro, atuando assim como um fator de contra tendência à lei da queda da taxa de lucro.

No entanto, as mesmas causas que elevam a taxa de mais valia concorrem para diminuir a força de trabalho aplicada por capital constante, ou seja, para elevar a composição orgânica do capital. Contribuem, assim, tanto para diminuir a taxa de lucro como para retardar essa redução.

Como vimos, a superpopulação relativa e sua formação acelerada é resultado do processo de desenvolvimento da produtividade do trabalho que, por sua vez, se expressa na

taxa cadente de lucro. No entanto, a superpopulação atua também no sentido de reduzir essa tendência.

A população trabalhadora excedente permite que a subordinação do trabalho ao capital em certos setores permaneça incompleta. Isso porque, ao baratear a força de trabalho e tornar abundantes os desempregados, alguns setores apresentam maior resistência, por exemplo, em substituir o trabalho manual por máquinas, devido tanto a natureza dessas indústrias quanto ao elevado valor do capital constante necessário.

Nesse caso, o capital variável representa maior proporção que o capital constante. A taxa e a massa de mais valia podem ser bastante altas. Nesse sentido, elevam a taxa de lucro. Com isso, a população excedente atua tanto no sentido positivo quanto no sentido oposto à tendência à queda na taxa de lucro.

A produção capitalista tenta a todo o momento ultrapassar os limites de seu desenvolvimento, mas os ultrapassa com meios que novamente impõem os mesmos limites, em escala maior.

O meio – desenvolvimento das forças produtivas sociais – em caráter permanente conflita com o objeto limitado, a valorização do capital existente. Por conseguinte, se o modo capitalista de produção é um meio histórico para desenvolver a força produtiva e criar o mercado mundial, é, ao mesmo tempo, a contradição permanente entre essa tarefa e as relações sociais que lhes correspondem (Marx, 1857 a, p 288).

O desenvolvimento das forças produtivas, ao mesmo tempo, que possibilita o aumento da produtividade, o aumento da produção de novos valores de uso, de novos meios de produção, subordina de forma direta o trabalhador ao capital, gera população trabalhadora excedente, gera o pauperismo¹⁰.

Marx aponta que a tendência à expansão mundial do capital é também uma das formas de tentar superar tais limites. A expansão do capital se deve a dois movimentos. No primeiro movimento, a expansão é motivada pela necessidade de ampliar os espaços de realização da mais valia. No segundo, o objetivo central é a busca de melhores taxas de valorização do capital. Esses dois movimentos não são estanques, mas se relacionam.

¹⁰ O pauperismo acima apresentado se expressa também de forma relativa. Ao longo da história do capitalismo, os trabalhadores, através de muitas lutas com capital, conquistaram melhoras nas condições de vida. No entanto, essas conquistas não modificam a dinâmica do modo de produção capitalista.

Posteriormente, Lênin, em *o Imperialismo, a fase superior do capitalismo*, aponta outro movimento que será determinante na expansão do capitalismo: a exportação de capitais. O empréstimo sob um contrato que garante à compra de bens oriundos de empresas de mesma origem do capital emprestado era a forma mais comum nesse período de expansão do capitalismo. Esse movimento será analisado na seção seguinte.

O comércio exterior, além de importante via de realização da mais valia dos países centrais, é também um dos fatores que atuam na taxa de lucro tanto no sentido positivo quanto negativo. O comércio exterior permite que a escala de produção seja ampliada. Cria novas áreas de realização da mais valia.

Na medida em que barateiam os elementos do capital constante e os meios de subsistência dos trabalhadores, o comércio exterior contribui para elevar a taxa de lucro. Ao mesmo tempo, o aumento da escala de produção faz decrescer o capital variável em relação ao constante e assim cair à taxa de lucro.

Marx analisa também a exportação de capitais como forma de obter taxas de valorizações maiores, e, com isso, reverter à tendência a queda da taxa de lucro. No entanto, no momento em que escreve, Marx não desenvolve tal movimento do capital, o qual se encontra em sua fase inicial, como podemos ver no trecho a seguir:

Se o capital é remetido para o exterior, tal acontece não por impossibilidade *absoluta* de aplicá-lo no país. É que pode ser empregado no exterior com taxas mais altas de lucro. Mas, esse capital, de maneira absoluta, é capital excedente para a população trabalhadora ocupada e para o país de origem em geral. (...). (Marx, 1857 a, p 294, grifos meus).

Lênin (1916) desenvolve o argumento de Marx acima apresentado. E afirma que um das características do capitalismo dos monopólios é a exportação de capitais. No início do século XX, a acumulação nos países de capitalismo mais evoluído atingia enormes proporções, formando um enorme “excedente de capitais”. A exportação de capitais para o estrangeiro se torna uma alternativa de maior valorização. Os países que o capitalismo ainda se encontra pouco desenvolvido são agora arrastados pelo mercado mundial.

A necessidade de exportação de capitais resulta da desigualdade de ritmos de desenvolvimento entre as diferentes nações. De um lado, resulta da maturidade excessiva do capitalismo de certos países em que o capital carece de possibilidades vantajosas. De outro

lado, da possibilidade de expansão tardia de um conjunto de países. O modo de produção capitalista se consolida, nesse processo, como um sistema mundial.

A desigualdade dos ritmos de desenvolvimento (tanto entre setores da economia como entre nações) é recuperada por Lênin na sua tese sobre o Imperialismo e incorporada por Trotsky ao desenvolver a categoria Desenvolvimento Desigual e Combinado.

Nesse sentido, a análise do movimento do capital construída por Marx aponta tendências que se revelaram centrais na compreensão do capitalismo do início do século XX. A Lei Geral da Acumulação Capitalista e Tendência à Queda na Taxa de Lucro e seus desdobramentos revelam as contradições e os limites do sistema capitalista. Mostram, também, como o modo de produção capitalista se expande para diversas regiões. Sob essa base teórica, Lênin e Trotsky desenvolveram suas análises da realidade russa e apontaram desdobramentos práticos que levaram a Revolução de 1917.

II. 3 O Imperialismo

Esse item tem como objetivo apresentar *algumas* questões desenvolvidas por Lênin em *O Imperialismo: fase superior do Capitalismo* que contribuem para o entendimento das características do capitalismo a partir do último quartel do século XIX e, com isso, para a análise da categoria DDC.

O processo de centralização e concentração ganha, nesse período, intensidade e relevância. E, já na virada do século XIX para o século XX, o capitalismo apresenta-se sob o domínio do capital monopolista e do capital financeiro. Segundo Netto (1992), a idade do monopólio modifica a dinâmica interna do capitalismo. Ao mesmo tempo em que potencializa as contradições já presentes no capitalismo concorrencial, as combina com novas contradições e antagonismos. A categoria construída por Trotsky analisada nesse trabalho é uma tentativa de compreender a relação de uma parte dessas novas e antigas contradições.

Lênin (1916), a partir das leis gerais do desenvolvimento do capitalismo formuladas por Marx e Engels, expostas na seção anterior, observa os novos fenômenos do capitalismo do início do século. A análise é construída através um minucioso trabalho de reunião de um conjunto de dados sobre os fundamentos da vida econômica dos principais países de então, o que lhe permitiu observar o processo de formação dos monopólios em importantes ramos da indústria como, por exemplo, na química, na de aço. Em decorrência, concluiu que a

“concorrência pura”, que para muitos economistas parecia um mecanismo natural do capitalismo, não explicava mais a forma como os grandes capitais se relacionavam. Em suma, Lênin afirma que:

Há mais de meio século, quando Marx escrevia o seu *Capital*, a livre concorrência aparecia à imensa maioria dos economistas como uma ‘lei da natureza’. A ciência oficial tentou aniquilar, pela conspiração do silêncio, a obra de Marx, a qual demonstrava, através de uma análise teórica e histórica do capitalismo que a livre concorrência gera a concentração da produção, a qual, atingido certo grau de desenvolvimento, conduz monopólio. Atualmente, o monopólio se tornou um fato. (Lênin, 1916, p.20).

Ao analisar os dados do desenvolvimento capitalista em especial na Alemanha, na Grã-Bretanha, Lênin aponta que o processo de concentração de capital extremamente rápido é uma das características marcantes do capitalismo nesse período.

A partir do exame da evolução do sistema bancário da Alemanha, França, Inglaterra, das últimas décadas do século XIX à primeira década do século XX, Lênin mostra que o aumento da movimentação bancária e a concentração do capital bancário provocaram também importantes modificações na economia capitalista.

À medida que os lucros aumentam e os bancos se concentram em um pequeno número de estabelecimentos, estes deixam de ser modestos intermediários para se tornarem monopólios todo-poderosos, dispondo da quase-totalidade do capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e dos pequenos empresários, assim como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas. Esta transformação de uma massa de modestos intermediários em um punhado de monopolista constitui um dos processos essenciais da transformação do capitalismo em imperialismo capitalista. (Lênin, 1916, p.30).

À medida que o processo de concentração se intensifica, os bancos deixam de ser meros intermediários de transações e passam a ter um papel central. O crescimento das operações bancárias e sua concentração possibilitaram ao banco conhecer exatamente a situação financeira da indústria e, com isso, controlá-las, facilitando ou dificultando o crédito, por exemplo.

Parte, cada vez maior, do capital industrial passa, também, a ter participação acionária¹¹ no capital bancário. Este, por sua vez, investe na indústria. Esse processo de fusão dos bancos com a indústria é, segundo Lênin, a história do aparecimento do **capital**

¹¹ As grandes empresas não se limitam a absorver as pequenas que se submetem e se incorporam em seu conglomerado, mas também compram ações de outras empresas. Apesar de não comprá-las integralmente, possuem seu domínio.

financeiro. É nessa íntima ligação entre os bancos e a indústria que se manifesta com maior evidência o novo papel dos bancos.

Lênin aponta, com isso, que o processo de concentração e centralização apresenta transformações que vão além da dimensão quantitativa, refletindo também mudanças qualitativas. O crescimento e a concentração do capital industrial e bancário, e sua fusão alteram a dinâmica da acumulação capitalista, colocando a eles novas necessidades. A relação entre os grandes conglomerados não mais se coloca nos termos da mesma concorrência do momento inicial do desenvolvimento capitalista. Não é apenas, portanto, uma mudança em volume.

Desse modo, o século XX marca o ponto de virada em que o antigo capitalismo dá lugar para ao novo, em que o domínio do capital financeiro substitui a hegemonia do capital produtivo. O capital financeiro penetra, forçosamente, em todos os elementos da vida, independentemente do regime político e de todas outras peculiaridades.

Prosseguindo a análise das características da nova fase do desenvolvimento capitalista, Lênin observa como o processo de expansão do modo capitalista para novas regiões modifica-se. A exportação de capitais passa a ser a forma predominante com que o modo de produção capitalista se expande. *"O que caracterizava o antigo capitalismo, onde reinava a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo atual, onde reinam os monopólios, é a exportação de capital"*. (Lênin, 1916, p. 60).

No início do século XX, a acumulação de capitais chegou a certos patamares que limitavam investimentos com taxa de lucro significativa. A composição orgânica do capital eleva-se constantemente levando a recorrentes quedas na taxa de lucro. A exportação de capitais se apresenta, então, como força de contra tendência.

A desigualdade dos ritmos de desenvolvimento entre as diferentes nações resulta, de um lado, da maturidade excessiva do capitalismo de certos países em que o capital carece de possibilidades vantajosas. De outro lado, da existência de estruturas sociais em que o modo de produção capitalista ainda não penetrou ou se consolidou. Tais países apresentam-se como espaços de inversão altamente lucrativos, pois são regiões onde o preço da terra é relativamente mais baixo, a força de trabalho é mais abundante e mais barata, a "composição orgânica do capital" é mais baixa e onde é mais fácil obter-se privilégios semi-monopolista. Nesse processo, o sistema capitalista consolida-se como um sistema mundial.

Segundo Dobb (1937), o capital exportado para essas regiões não apenas é investido a uma taxa de lucro mais alta que nos países de origem. A abertura de novos campos de exploração reduz a pressão sobre o mercado de trabalho, diminuindo o preço da força de trabalho e aumentando a taxa de lucro no próprio país imperialista. Assim, nesse processo, o capital financeiro obtém dupla vantagem. Isso porque ao mesmo tempo em que consegue uma taxa de valorização do capital mais elevada no estrangeiro, possibilita o aumento da taxa que pode impor no país imperialista.

Lênin destaca duas formas de exportação de capitais. A primeira se faz mediante investimentos diretos. A segunda via os empréstimos a juros, de fonte pública ou privada.

A exportação de capitais torna-se também um meio de fomentar a exportação de mercadorias, ao impô-la como condicionante. O capital financeiro *“preocupando-se pouco com a moral burguesa, esfola duas vezes o mesmo boi: em primeiro, os juros dos empréstimos; em seguida, os lucros resultantes deste mesmo empréstimo quando ele é empregado na compra de produtos”*. (Lênin, 1916, p. 116).

Além disso, a característica fundamental dos investimentos nessas regiões, foi, desde seu início, segundo Dobb, a concessão de direitos de monopólio ou de algum tipo de privilégio. O investimento em projetos que apresentam alguma vantagem diferencial, preferência ou monopólio de fato, na forma de concessões de direito ou algumas garantias jurídicas privilegiadas, forneceu um ingrediente essencial para o Imperialismo.

Segundo Dobb (1937), o processo de exportação de capitais necessita exercer um determinado controle político sobre as relações internas e a estrutura da economia do país de destino. Isso porque é necessário proteger a propriedade privada, garantir que os lucros dos investimentos fiquem salvos de qualquer risco político, criar certas condições essenciais para que o investimento seja lucrativo e ampliar as possibilidades de novas inversões de capital.

Uma dessas condições, por exemplo, é a existência de um proletariado suficiente para proporcionar uma mão de obra abundante e barata. E, onde isto não existe, impor modificações nas formas sociais pré-existentes torna-se uma necessidade.

O controle na vida política dos países que será investido o capital se dá através da “simples” penetração econômica, aos protetorados, e dos protetorados ocupados militarmente às anexações, à formação de colônias. Em suma, Lênin afirma que:

O imperialismo é a época do capital financeiro e dos monopólios, os quais provocam, por toda a parte, o aparecimento de tendência não para a liberdade, mas para a dominação. Reação em toda a linha qualquer seja o regime político, agravamento extremo do antagonismo: tal resultado dessas tendências. De igual modo à opressão nacional e à tendência para as anexações, isto é, para a violação da independência nacional (...) é particularmente agravada. (Lênin, 1916, p.119).

Nesse processo de controle político e econômico, o país imperialista apóia antes do que suplanta as formas sociais e políticas pré-existentes, especialmente quando necessita de aliados que se contraponham a rivais, dentro ou fora da colônia. Formam-se, assim, estruturas sociais que embora se apresentem como pertencente à antiga estrutura já contém elementos, do novo modo de produzir a vida ali instalado. Esse ponto será desenvolvido por Trotsky em *A História da Revolução Russa*, obra que destaca combinações entre elementos do antigo e do novo modo de produção como sendo algo mais relevante ao desenvolvimento capitalista em países atrasados.

A fusão dos bancos e das indústrias é completada pela união desses com o Estado. O monopólio, ao obedecer a urgência de viabilizar o acréscimo dos lucros capitalistas por meio do controle do mercado e da estrutura econômica e política de outros países, exige uma atuação mais intensa do Estado.

O Estado passa, então, a desempenhar um conjunto de novas funções. Ganha destaque sua inserção como empresária nos setores básicos que fornecem, aos monopólios, matérias primas fundamentais a baixíssimo custo e/ou serviços de infra-estrutura. Sublinhe-se, ainda, os subsídios imediatos, representados pelas encomendas dos Estados aos grupos monopolistas, circunstância que assegura aos capitais excedentes possibilidades certas de valorização.

Nos países centrais, a exportação de capitais atingiu proporções consideráveis, formando a base para a exploração imperialista do mundo. O capital financeiro lança sua rede em todos os países. Nesse quadro, os países exportadores de capital partilham o mundo entre si. Acordam sobre que parte do mundo cabe ao grande conglomerado e a cada nação. E o que se passava ao nível dos grupos econômicos refletia-se nos grupos políticos e nos Estados, que tratavam de repartir o mundo entre si.

Tal partilha do mundo, contudo, não podia ser estável. A mudança na correlação de forças (econômica, financeira, militar) em decorrência da desigualdade do desenvolvimento, das guerras etc. tendia a gerar conflitos e novas divisões.

Em regime capitalista, é inconcebível supor que a partilha das zonas de influência, dos interesses, das colônias, etc, se assente sobre algo que não seja a força daqueles que participam na partilha – forças econômicas, financeiras, militares, etc. Ora, as respectivas forças destes participantes na partilha variam de modo diverso, pois em regime **capitalista não pode existir desenvolvimento uniforme** das empresas, dos trustes, das indústrias, dos países. (Lênin, 1916, p. 118, grifos meus).

A anarquia da produção, própria da economia capitalista, determina o seu desenvolvimento desigual, desde o alvorecer do capitalismo. Contudo, Marx ressalta que a as divergências entre padrões de desenvolvimento não se dão somente em seu grau, mas também em sua direção. Ademais, ressalva que as causas desse processo não residem apenas nas peculiaridades do modo de produção burguês, na anarquia da concorrência e nos diferenciais de produtividade. Relacionam-se, também, às condições naturais. *“Basta pensar, por exemplo, na influência das estações, de que depende quantidade maior de parte das matérias primas, no esgotamento das florestas, das minas de carvão e de ferro, etc.”* (Marx, 1867 a, p 298).

Lênin aponta para o fato de o desenvolvimento desigual do capitalismo acentuar-se na época do imperialismo. Essa maior intensidade nas desigualdades dos ritmos de desenvolvimento implica grandes transformações no plano internacional, sobretudo em sua fase inicial. A aceleração do progresso técnico-científico e outros fatores permitiram a determinados países capitalistas de industrialização atrasada adquirirem forças rapidamente e pleitear, com isso, um espaço na partilha do mundo. Assim, aconteceu com a Alemanha, por exemplo.

Dobb (1937) também aponta, como uma das conseqüências da expansão do capital monopolista sobre a economia mundial, a acentuada desigualdade de desenvolvimento entre diferentes países e regiões. Embora muitos países tenham incorporado de forma bem veloz uma série de saberes e técnicas dos países imperialistas, não conseguiram acompanhá-los. Ao mesmo tempo, em que o imperialismo possibilitou o desenvolvimento do modo de produção capitalista, impôs restrições importantes, desencorajando, por exemplo, tipos de desenvolvimento que se mostrassem rivais aos seus interesses.

Em suma, a compreensão da peculiaridade da nova forma de organização capitalista revela-se de fundamental importância para análise do processo histórico russo e para a construção da categoria DDC. Em seguida, será exposto, de forma mais clara, como as particularidades do desenvolvimento do capitalismo na Rússia se imbricam com as novas características da acumulação capitalista aqui exposta.

CAPÍTULO III: O SURGIMENTO DA CATEGORIA NO DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO RUSSO

Este capítulo tem por objetivo apresentar os elementos da história russa que serviram de base à categoria DDC. Nesse sentido, essa seção irá sublinhar a importância da análise histórica realizada por Trotsky e, em seguida, destacar os principais traços peculiares do desenvolvimento russo.

III. 1 A necessidade do resgate da análise da história

Os estudos de Trotsky do início do século XX tiveram como motivação central a sustentação teórica e histórica da posição política de “tomada do poder pelo proletariado”¹² em oposição àquelas que defendiam a república democrática burguesa e/ou o governo democrático do proletariado e do campesinato.

Trotsky enfatiza a necessidade de se analisar os traços específicos do desenvolvimento histórico russo para a formulação de uma tática e de uma estratégia política revolucionária. O desenvolvimento histórico de um país de capitalismo tardio não pode ser entendido como uma mera repetição dos processos históricos das sociedades capitalistas avançadas (assim como na análise de qualquer outra formação histórica). Essas trajetórias não devem ser analisadas de formas esquemáticas, mecânicas.

A análise da realidade russa exigia, então, um estudo que fosse capaz de revelar tanto as características fundamentalmente novas, quanto os elementos comuns ao desenvolvimento das relações de produção capitalista. Segundo Trotsky, em determinados aspectos, o desenvolvimento do capitalismo russo segue movimentos semelhantes aos percorridos pela Inglaterra e França. No entanto, a forma que tais elementos se expressam e se relacionam é distinta.

Assim, o autor, ao destacar a relevância dos traços peculiares, recupera a dimensão histórica na análise da realidade russa, sem, todavia, perder de vista os elementos comuns a outras estruturas sociais. Nesse sentido, Trotsky afirma, em carta em resposta a Pokrovski¹³, que:

¹² Ver Teoria da Revolução Permanente em <http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1929/11/rev-perman.htm>
Acessado em 02/11/2009

¹³ Ver o anexo ao *A Revolução de 1905*

Que a vida histórica de toda a sociedade está fundada na produção, que a produção dá origem a classes e agrupamentos de classes, que o Estado é um órgão de opressão de classe, todas essas noções não eram nenhum mistério para mim nem para meus opositores em 1905. E dentro desses limites a história da Rússia obedece às mesmas leis da história da França, da Inglaterra ou de qualquer outro país. Isso não faz referência a peculiaridade do desenvolvimento histórico da Rússia. O tzarismo era a arma das classes proprietária e exploradora e nesse sentido não se diferenciava de nenhuma outra organização estatal, mas isso não significa que a relação de forças entre o poder autocrático (...) por um lado e a nobreza e a burguesia por outro fosse à mesma tanto na Rússia quanto na Inglaterra. (Trotsky, 1909, p. 332).

O revolucionário articula, por meio do regaste da dimensão história, os elementos gerais e particulares do processo de desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Assim, o processo histórico russo é compreendido enquanto uma totalidade. A síntese dessa análise, em seus estudos posteriores, resultará tanto na categoria Desenvolvimento Desigual e Combinado, quanto na teoria da Revolução Permanente, cuja discussão foge ao escopo deste trabalho.

III. 2 Os principais traços específicos do desenvolvimento do capitalismo na Rússia

Essa seção visa apresentar, de forma breve, alguns momentos relevantes do desenvolvimento do modo de produção capitalista na Rússia, os quais serviram de base para a construção da categoria DDC. Para que sejam mais bem ressaltados, esta seção foi dividida em quatro itens: Introdução e o Primeiro Impulso Modernizador; Guerra da Criméia e a abolição da Servidão; Estado Tzarista e o Capital Europeu; e Estado Tzarista, Burguesia e Proletariado.

III. 2.1 Introdução e o Primeiro Impulso Modernizador

O Império Russo esteve, sempre, entre a Europa e a Ásia, não só geograficamente, mas também do ponto de vista social e histórico. Tanto a Europa Ocidental quanto o oriente asiático influenciaram, em distintos momentos e diferentes formas, a história russa. Mas, como Trotsky ressalta, “*a Rússia não podia assimilar as formas do Oriente, obrigada como estava a se acomodar constantemente à pressão econômica e militar do Ocidente*”. (Trotsky, 1930, p.20).

De maneira geral, todo o desenvolvimento histórico russo viu-se fortemente influenciado pela constante relação com Estados mais bem organizados e tecnicamente mais bem armados. Sob a constante pressão externa, a consolidação e ampliação do Império russo foi o que norteou em grande medida a monarquia tzarista.

No final do século XVII, com Pedro, o Grande, o Império Russo ganhou grande impulso de expansão e de consolidação territorial. O Império que se formava, sob bases econômicas ainda muito primitivas, teve que enfrentar Estados com base econômica mais elevada. O Tzar defrontou-se, então, com tarefas, tais como criar escolas navais, contratar especialistas militares, fabricantes de armas e artesãos europeus. Em suma, “*a história da Economia do Estado Russo foi uma ininterrupta cadeia de esforços – heróicos em certo sentido - para fornecer à organização militar meios a sua existência*”.(Trotsky, 1909, p.27).

Nesse processo, a Rússia, um país atrasado em relação ao desenvolvimento das forças produtivas da Europa Ocidental, assimila as conquistas materiais e ideológicas dos países adiantados. No entanto, isso não significou que seu desenvolvimento reproduziu todas as etapas percorridas pelos mesmos. Segundo Trotsky, uma situação historicamente atrasada confere a um povo a possibilidade de assimilar o todo realizado em outras experiências históricas, passando por cima de uma série de processos intermediários.

Importar uma estrutura militar complexa, própria aos Estados Europeus mais desenvolvidos, exigiu a contratação de artesãos, a compra de maquinário e, num período posterior, até mesmo a aquisição de fábricas inteiras. Nesse processo o Estado russo teve um importante papel, apresentando-se como apoio imprescindível para o desenvolvimento das forças produtivas no país.

A manufatura nascente, sob Pedro o Grande, baseava-se no trabalho de servos. Como dependia da nobreza rural para a liberação de mão de obra, manteve-se em escala bastante restrita. Nesse quadro, o processo de assimilação de forças produtivas foi limitado pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas locais e pelas relações de produção então vigentes.

Nesse sentido, Trotsky afirma que o processo de assimilação, acima descrito, não é, de forma alguma, absoluto. As características da economia, da forma do Estado, da cultura e do contexto histórico determinam a intensidade no qual o processo se realiza. O país atrasado adapta as conquistas absorvidas dos países adiantados à sua estrutura social.

O esforço para erguer uma máquina militar moderna capaz de fortalecer o Império Russo contra a ameaça externa resultou um imenso estímulo ao desenvolvimento das forças produtivas. Ao mesmo tempo, gerou o fortalecimento do tzarismo que, por sua vez, levou, após a morte de Pedro, o Grande, à intensificação das relações servis.

Em suma, ao longo de toda sua história, a constante relação com a Europa Ocidental e Ásia foi determinante para o desenvolvimento das forças produtivas russas, resultando em uma estrutura que reunia diversos momentos de técnicas e saberes.

O período de Pedro, o Grande, foi ressaltado aqui, pois, ao intensificar a relação com a Europa Ocidental e acelerar o processo de assimilação, expressou de forma mais clara a mescla dos diversos momentos do desenvolvimento das forças produtivas e os diferentes ritmos desse processo. Nesse sentido, serviu de substrato inicial para a construção da categoria do desenvolvimento desigual e combinado. Em a *História da Revolução Russa*, Trotsky descreveu o processo acima como comum aos países de desenvolvimento capitalista tardio e sintetizou esse processo na categoria DDC.

III. 2.2 Guerra da Criméia e a abolição da Servidão

O impacto da derrota militar da Rússia na Guerra da Criméia¹⁴, em 1854-5, revelou o quão vulnerável havia se tornado o Império Russo, diante da superioridade econômica e militar alcançada pela Europa Ocidental.

Segundo Fernandes (1999), o impulso modernizador, na segunda metade do século XIX, revelou-se no esforço do tzarismo em construir uma ampla rede de estradas de ferro, pois a deficiência de sistema de transporte havia se mostrado um fator importante para explicar a derrota da Rússia na Guerra da Criméia.

As relações sociais de produção, ainda servis, começavam também a ser um elemento limitante ao desenvolvimento econômico russo. Durante certo período, fábricas de origem européia, em especial de tecidos, operavam com trabalho servil, coexistindo com oficinas artesanais russas. A relação servil conviveu com as novas relações de produção até impedir seu desenvolvimento.

O trabalho servil tornava quase impossível a aplicação de novas tecnologias e o desenvolvimento de determinados ramos produtivos, como a metalurgia. O desenvolvimento das forças produtivas estava em conflito com as relações sociais de produção. A abolição da servidão tornou-se, então, uma exigência do próprio processo de desenvolvimento das novas

¹⁴ A Guerra da Crimeia foi um conflito que se estendeu de 1853 a 1856, na península da Criméia (sul da atual Ucrânia), no sul da Rússia e nos Bálcãs. Envolveu, de um lado a Rússia e, de outro, uma coaligação integrada pelo Reino Unido, a França, o Piemonte-Sardenha (na atual Itália) e o Império Turco Otomano (atual Turquia).

forças produtivas (no caso, capitalistas).

Segundo Trotsky (1930), pressionada pelo desenvolvimento da burguesia européia e por setores da nobreza proprietária de fábricas, o tzarismo passou a estimular o desenvolvimento das relações de produção capitalistas. Mas, apesar de tudo, não se conformou em renunciar a seus privilégios, aspirando combiná-los com o regime liberal pelo qual passara a lutar.

Nesse quadro, em 1861, a nobreza tzarista implantou a reforma camponesa mediante a abolição (jurídica) da servidão. “*O impotente liberalismo burguês, reduzido ao papel de comparsa, não teve outro remédio que não contemplar a mudança passivamente*”.(Trotsky, 1930, p.24).

Com a abolição da servidão e a reforma camponesa, o campo sofreu importantes transformações. A parte de terra que coube a cada família camponesa era insuficiente para produzir os meios necessários à sua sobrevivência e para ocupar toda sua capacidade de trabalho. Além disso, os camponeses tiveram que pagar pela terra e por sua libertação. Somase, ademais, a volumosa carga tributária que recaía sobre eles.

A condição de vida da população camponesa viu-se agravada pela apropriação de parte significativa de suas terras pela nobreza. A chamada reforma camponesa, com isso, reforçou ainda mais a estrutura fundiária, já altamente concentrada, além de iniciar o processo de formação do proletariado urbano. Os cinquenta anos posteriores à reforma de 1861 agravaram o processo de concentração de terras no campo. A área total de terras pertencente aos camponeses foi ainda mais reduzida.

Segundo Fernandes (1999), após a Revolução de 1905, o regime tzarista passou a promover de forma mais ativa o fomento ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura, buscando, assim, consolidar a incipiente burguesia rural que se formava na camada mais rica do campesinato (os Kulaks).

O Estado Tzarista, por meio das atividades do Banco Camponês, permitiu que determinado grupo de camponeses adquirissem grandes extensões de terra da nobreza, enquanto, a massa camponesa permanecia em crescente miséria. Com o passar do tempo, ocorreram novas ondas de concentração, que implicaram diferenciação social dentro do próprio campesinato. De um lado, uma pequena camada mais rica, proprietária de, cada vez,

maiores extensões de terras, os Kulaks. De outro lado, a grande maioria dos camponeses que continuavam a ser expulsos de suas terras. Esse processo, no entanto, não se deu de forma uniforme no território russo.

As regiões industriais, que inclui as províncias de São Petersburgo e de Moscou, não produziam cereais e outros produtos agrícolas em quantidade suficientes para sua necessidade e eram obrigadas a comprá-los de outras áreas.

Na região sudeste, vizinha ao Mar Negro, quase não existiu servidão. Com isso, a moderna agricultura cresceu rapidamente, atraindo grande número de camponeses de outras regiões. Em paralelo, as indústrias pesada e de transformação tiveram também um intenso desenvolvimento. Nessa área, a diferenciação entre os camponeses foi profunda: o camponês agricultor encontra-se num extremo e o proprietário agrícola, no outro.

Entre o velho Norte industrial e o novo sul industrial encontrava-se a chamada “Terra Negra”. Nessa região não havia nem grande indústria, nem agricultura capitalista. Sua população, relativamente densa mesmo durante os anos de servidão, dedicava-se totalmente a agricultura. Como resultado da reforma de 1861, o campesinato perdeu grande parte de suas melhores terras para os latifundiários.

Depois de 1861, uma parte dos latifundiários cultivava suas terras utilizando a abundante força de trabalho camponesa. Outra parte repartiu as enormes extensões de terras em pequenos lotes, arrendados por preços elevados, aos camponeses, o que condenava esses últimos a inevitáveis condições de servidão. Visto que a nobreza latifundiária estava comprometida com uma economia parasitária, a agricultura capitalista teve pouco espaço para desenvolver-se.

Segundo Trotsky (1909), essa região apresentava, comparada ao Norte e Sul industrial, uma estratificação do campesinato apenas superficial. Todavia, o agudo antagonismo entre o campesinato empobrecido e a nobreza parasitária era percebido de forma intensa.¹⁵

Em suma, na estrutura agrária russa coexistiram a agricultura capitalista e o arrendamento de terras pela nobreza latifundiária. No entanto, no país, a agricultura do tipo praticado na região da terra negra era predominante. Trotsky, em *A Revolução de 1905*, afirma que “*a luta entre o arrendamento e a agricultura capitalista (...) foi contínua e ainda*

¹⁵ Vale destacar que as áreas descritas acima não correspondem exatamente aos limites geográficos das respectivas regiões.

progride incessantemente; a agricultura capitalista encontra-se muito longe de estar em possibilidade de se vangoliar de sua vitória”.

A abolição da servidão, em 1861, marcou um novo período de desenvolvimento econômico. A formação de força de trabalho livre, o desenvolvimento das redes de estrada de ferro, a criação de portos marítimos e um feroz protecionismo, dentre uma série de outras transformações, caracterizaram o período.

Esse novo impulso de desenvolvimento, motivado pela derrota na guerra da Criméia, revela uma das combinações importantes apontadas posteriormente por Trotsky. O Tzarismo, de forma mais intensa, passa a ser o agente do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Seja ao abolir a servidão, seja tomando medidas diretas para a construção de infra-estrutura necessária ao capital.

Trotsky, em *A História da Revolução Russa*, conclui que *“a solução dos problemas que cabem a uma classe por obra de outra é uma das combinações a que aludíamos, próprias dos países atrasados”* (p.24) Essa combinação conferiu ao desenvolvimento russo peculiaridades que serão relevantes para a compreensão de seu processo histórico.

Nesse sentido, a análise da forma com que as relações servis foram abolidas e as relações que se estabeleceram no campo é um dos elementos que revela o caráter combinado e contraditório, intrínseco ao desenvolvimento russo. A seguir, será apresentado como o Estado Tzarista passou a cumprir tarefas da burguesia.

III. 2.3 Estado Tzarista e o Capital Europeu

No final do século XIX, os elevados investimentos estatais na construção de setores industriais considerados estratégicos alcançaram, em pouco tempo, resultados significativos. Esses investimentos ocorreram quer via empresas estatais, quer via concessão de subsídios, serviços e infra-estrutura para a instalação de grupos privados, sobretudo estrangeiros. A atuação do Estado como agente econômico pôde ser observada também na trajetória da maior parte dos países, com destaque para os de industrialização tardia.

Na virada do século XIX para o século XX, como foi visto no capítulo anterior, a concentração e centralização do capital expressaram-se na formação de grandes e poderosos monopólios e no fortalecimento do capital financeiro. Nesse período, o papel do Estado na

consolidação e no desenvolvimento do modo de produção capitalista sofre também uma transformação relevante.

Marx, ao descrever a acumulação primitiva, já aponta o importante papel do Estado para a gênese da produção capitalista. No entanto, sob a idade dos monopólios, Lênin ressalta o imbricamento entre o capital monopolista e o Estado. O eixo da intervenção estatal passa a ser, de um lado, a garantia dos superlucros dos monopólios. De outro, a criação de mecanismos que permitam a formação de conglomerados. Para tanto, o Estado desempenha uma multiplicidade de novas funções.

Segundo Netto (1992), o elenco das funções econômicas do Estado, diretas e indiretas, é bastante extenso. Possui destaque a inserção do Estado como empresário nos setores básicos não rentáveis ao capital, sobretudo aqueles que forneceram aos monopólios materiais primas fundamentais a baixo custo. Outros elementos e funções do Estado também merecem ser sublinhados, como os subsídios imediatos aos monopólios, a garantia explícita de lucro e as compras do governo¹⁶. Todos eles asseguram aos capitais excedentes possibilidades certas de valorização. Vale lembrar, ainda, os subsídios indiretos que o Estado oferece quando investe em meios de transportes e infra-estrutura.

O capital europeu, inicialmente na forma de capital comercial e posteriormente na forma de capital financeiro e industrial, tomou conta do país num momento em que a maior parte da manufatura artesanal russa ainda não havia se separado da agricultura. Contudo, como já discutido, a expansão do capitalismo europeu transformou sobremaneira a base econômica russa. De fato, sob o domínio do capital monopolista, o processo de assimilação de técnicas e saberes na Rússia acentuou-se bastante.

Quando as relações econômicas entre os países europeus e a Rússia limitavam-se à importação de máquinas e a vinda de técnicos, ou até mesmo, de empréstimos isolados tratava-se, em última instância, de incorporação pela economia russa de elementos da produção européia, ainda que as condições econômicas russas impusessem limites a tais influências. Todavia, quando o capital europeu em sua busca de uma taxa de lucro mais elevada ingressa na Rússia, as relações sociais sofrem profundas modificações. A abolição da

¹⁶ Por exemplo, ao descrever a crise em que passa a agricultura russa, Trotsky afirma que “Como a grande indústria se alimenta com encomendas do Estado, o progressivo empobrecimento do mujique [como era chamado o camponês] tornou-se uma terrível ameaça para essa indústria, pois mina as próprias bases do orçamento público”. (1909, p.52). Desse trecho pode-se destacar também, como afirmou Marx na Acumulação Primitiva, que sistema tributário é um importante mecanismo expropriante do Estado.

servidão, mesmo que de forma incompleta, libera força de trabalho para a indústria e prepara terreno para a chegada e desenvolvimento de um parque industrial concentrado.

O Estado Tzarista, com auxílio da tecnologia e do capital europeus, monopoliza o transporte ferroviário e a venda de álcool, por exemplo. Contudo, segundo Trotsky (1909), o aparelho burocrático altamente centralizado do Estado Tzarista não estava preparado para regular as novas relações sociais de produção, estando, contudo, plenamente capacitado para aplicar, com considerável energia, a repressão aos trabalhadores.

Essa configuração do Estado russo foi fundamental para o capital financeiro europeu. Ao reprimir tanto a burguesia nacional nascente quanto o proletariado em formação, garante-se certo grau de estabilidade política. Com isso, os lucros monopolistas eram melhor assegurados. *“Durante o último período de sua existência a autocracia não apenas era o órgão das classes latifundiárias da Rússia como também da Bolsa européia organizada para a exploração russa”*. (Trotsky, 1909, p.341). Nesse sentido, o Estado Tzarista apresenta-se como mediador entre os antigos privilégios das classes dominantes e as novas exigências do capital financeiro.

Trotsky, em *Balanço e Perspectiva*, afirma que o capital europeu, beneficiado pelo tzarismo, transformou em pouco tempo uma série de velhas cidades e lugares antes inabitados em centros industriais e comerciais.

O capital europeu implantou os principais ramos da produção e os principais meios de comunicação, fazendo com que etapas técnicas e econômicas intermediárias, pelas quais passaram as economias capitalistas centrais, fossem queimadas. As grandes indústrias na Rússia *“não surgiram gradualmente a partir do comércio e da manufatura artesanal, já que o próprio comércio artesanal não teve tempo de ir além da indústria caseira e foi condenado à morte econômica pelo capital e pela tecnologia antes mesmo de nascer”* (Trotsky, 1909, p 35).

Em função de sua especificidade histórica, a indústria russa já nasceu com elevadíssimo grau de concentração e centralização da propriedade. Segundo Trotsky (1909), cerca de metade das empresas recebeu menos que um décimo do lucro total, enquanto um sexto das empresas recebeu quase a metade desse valor.

A fusão do capital industrial com o bancário também ocorreu na Rússia de maneira expressiva. Ao associar-se com os bancos estrangeiros, a indústria russa demonstrou sua subordinação efetiva ao mercado financeiro da Europa Ocidental. De fato, os investidores estrangeiros possuíam cerca de 40% do capital de ações investidos na Rússia, proporção que era ainda maior, se considerados apenas os principais ramos da economia.

Como visto, o capitalismo na Rússia não se desenvolveu a partir do sistema artesanal, como nos países da Europa ocidental. Quando o capitalismo expandiu-se para Rússia, trouxe consigo, não apenas alguns elementos da produção européia, mas um complexo de relações sociais de produção e suas implicações.

A expansão do capitalismo europeu transformou toda a base da economia russa, anunciando mudanças. A forma da antiga estrutura do Estado Tzarista foi mantida, pois *“ao tornar-se um instrumento histórico da transformação capitalista na Rússia, o Tzarismo estava apoiando, principalmente a sua posição”* (Trotsky, 1909, p 31).

Enfim, a nobreza tzarista, ao mediar os seus seculares privilégios com as necessidades de transformação que impunham o capital financeiro europeu, gerou o que Trotsky apontou como uma das combinações inerentes ao desenvolvimento dos países atrasados.

A permanência de certos privilégios feudais no campo dificultou, como foi visto na seção anterior, o desenvolvimento da agricultura capitalista. Ao mesmo tempo, possibilitou, durante certo período, a rápida consolidação do modo de produção capitalista nos centros industriais, queimando etapas do desenvolvimento das forças produtivas. Na seção a seguir, será discutido como a relação estabelecida entre o capital europeu e a nobreza tzarista refletiu-se na formação da burguesia e do proletariado russos.

III. 2.4 Estado Tzarista, Burguesia e Proletariado Russos.

O desenvolvimento histórico tardio russo foi marcado pela influência determinante do capital financeiro e do Estado Tzarista, como foi visto anteriormente. Essa seção tem como objetivo mostrar a maneira pela qual esse processo se refletiu na formação da burguesia e do proletariado russos.

As condições do desenvolvimento da indústria russa e de sua forma de organização determinaram o caráter social e político da sua burguesia. Nesse momento, os setores de classe intermediários eram pouco relevantes, dado que o elevado nível de concentração da

indústria abria uma grande distância entre as esferas dirigentes do capitalismo e as massas populares.

Além disso, as mais importantes empresas industriais, bancárias e de transportes eram de propriedade de estrangeiros. Os custos dos vultosos empréstimos tomados pelo Estado Russo, e que garantiam os lucros dos grandes conglomerados do capital financeiro, faziam com que grande parte do produto nacional escoasse para a Europa Ocidental.

O capital financeiro europeu não apenas auferia lucros e juros na Rússia, mas também fortalecia a sua influência política sobre o tzarismo, razão pela qual, em vez de fomentar a transição para o regime democrático na Rússia, não raro, se opunha a tal. O impacto político desse apoio na burguesia russa foi expressivo. Como sublinha Trotsky:

Mas a importante função cumprida pelo capital estrangeiro nesse processo teve impacto fatal sobre o poder da burguesia russa na esfera política. Como resultado do endividamento do Estado, uma proporção bastante considerável do produto nacional emigrava todos os anos, enriquecendo e fortalecendo a burguesia européia. Mas a aristocracia da Bolsa, que mantém a hegemonia nos países europeus e que sem nenhum esforço fez do governo russo seu vassalo financeiro, não desejava nem podia chegar a fazer parte da oposição burguesa no interior da Rússia, pelo simples motivo que nenhuma outra forma de governo nacional teria garantido as proporções usurárias dos juros que obinha do tzarismo. (Trotsky, 1909, p. 57).

Como foi visto no capítulo anterior, a expansão do imperialismo necessita em grande parte do controle político dos países em que capital será investido. Para garantir taxas de lucro vantajosas, por um lado, o capital financeiro apóia, muitas vezes, as antigas formas de Estado. Por outro lado, desestimula a constituição de setores que venham a competir com sua produção. A burguesia nacional encontra, assim, enormes dificuldades para se consolidar como força política e econômica capaz de derrubar o absolutismo tzarista.

O operariado, por sua vez, ficou concentrado nas grandes cidades e já entrou em contato com as experiências e instrumental analítico e prático do proletariado da Europa Ocidental. O proletariado russo não se formou paulatinamente ao longo de séculos, como na Inglaterra, mas sim através de rupturas, relativamente bruscas.

Além disso, a vinda de camponeses para os diversos ramos industriais restabelecia, constantemente, o contato entre o proletariado e o reservatório social de onde se originava. Já na indústria metalúrgica, sobretudo em Petrogrado, o proletariado rompera definitivamente com o campo. Nos Urais predominava ainda o tipo meio proletário meio camponês.

Com isso, as contradições postas pelo novo modo de produção não conseguiam, de forma completa, apresentar-se como expressão de “leis naturais” e nem mesmo a miséria do campo era esquecida. O passado rural e servil estava constantemente revelado por movimentos como a migração de camponeses para os centros urbanos.

Por seu turno, a incipiente burguesia russa mostrava-se impotente econômica e politicamente. Os camponeses dispersos tinham enormes dificuldades de organização. O proletariado, por sua vez, começava a se organizar por melhores condições de vida, mas ainda não possuía força política para se contrapor ao regime. Enfim, o tzarismo consolidou uma estrutura social que possibilitou a sua permanência enquanto ator determinante do desenvolvimento capitalista russo.

Na fase do capital financeiro, o desenvolvimento dos países atrasados impõe, assim, características diferentes dos processos de desenvolvimento clássicos. Entre tais características destaca-se a combinação de elementos do antigo modo de produção, ainda que modificados, com elementos do modo de produção capitalista. A análise dessa combinação foi, posteriormente, desenvolvida e aprofundada por Trotsky e serviu de base para construção da categoria DDC.

III. 2.5. O Proletariado Russo

O desenvolvimento histórico tardio russo, sob influência determinante do capital financeiro e do Estado Tzarista, teve como uma de suas conseqüências o fato de que no momento em que a burguesia nacional era suficientemente forte para derrubar o regime absolutista, o proletariado já se tornara uma força revolucionária independente. Ao longo dessa seção será apresentado o processo de consolidação do proletariado russo.

Foi, sobretudo, durante o regime de pesada opressão do tzarismo no início do século XX que os operários russos puderam assimilar as conclusões mais ousadas do pensamento revolucionário. Do mesmo modo, foi nesse período que a retardatária indústria foi capaz de compreender o significado da conquista da organização capitalista. Nesse quadro, o proletário russo foi capaz de apresentar-se como uma força revolucionária independente. Vejamos, então.

A enorme estrutura fabril, erguida em curtíssimo tempo, desenvolveu, concomitantemente, as forças produtivas e as relações de produção capitalistas, sobretudo nas

regiões norte e sul do país. As contradições próprias do capitalismo logo se apresentam com intensidade. O proletariado, concentrado nos centros fabris, começou então a se organizar e lutar por melhores condições de trabalho.

No biênio 1901/03, estouraram as primeiras grandes greves operárias. Nesse período, os camponeses também organizaram alguns levantes contra os nobres latifundiários, ainda que de forma dispersa e sem muita força. Ambos os movimentos foram desmobilizados mediante pesada repressão.

Soma-se a esse processo a derrota na guerra russo-japonesa, a qual sinalizou, tanto para os operários, quanto para a burguesia russa, certa fragilidade do tzarismo. Os acontecimentos do início do século e as crises por eles geradas intensificaram as insatisfações contra o regime, contidas recorrentemente pelo duro controle político, militar e econômico.

No final de 1904, a burguesia liberal russa reivindicou, entre outros pontos, liberdade pública, mediante a ação dos conselhos municipais. Esse movimento evitou, todavia, questionar o tzarismo de uma maneira mais radical.

No início de janeiro de 1905, foi organizada uma marcha pacífica ao Palácio de Inverno, liderada por um padre, para entregar uma petição dos trabalhadores ao Czar. A petição mostrava a intensa revolta existente entre os trabalhadores, quanto às suas condições de trabalho. As demandas da petição incluíam jornada de trabalho de oito horas, salários justos, direitos democráticos e o direito igual e universal ao voto para a Assembléia Constituinte.

Em reação à manifestação, o Tzar ordenou a sua guarda que não permitisse que a marcha se aproximasse do palácio. No entanto, o povo não recuou. A guarda, então, disparou contra a multidão, dispersando o povo e deixando centenas de mortos. O episódio, conhecido como "Domingo Sangrento", foi o estopim da ascensão do movimento revolucionário de 1905. As contradições entre o tzarismo e o proletariado apresentaram-se então de forma mais clara. Nesse sentido, Trotsky afirma que, no ano de 1905, *“o proletariado avançou pela primeira vez sob sua própria palavra de ordem, em nome de seus próprios objetivos”*.(Trotsky, 1909, p.71)

Apesar da intensificação da repressão, as greves estouraram em toda a Rússia ao longo de 1905. Os acontecimentos do início do ano fizeram com que outros setores, como o de profissionais liberais, também aderissem ao movimento.

Segundo Trotsky, os camponeses, espalhado pelo imenso território russo, não herdou nenhuma tradição ou costume de luta política organizada. Durante o levante de 1905, o objetivo da maior parte deles limitava-se a impedir que os latifundiários apropriassem-se, ainda mais, de suas terras.

Ao longo daquele ano, os movimentos operários até então dispersos passaram a se organizar em conselhos de trabalhadores, por cada região (os Soviets). Tal forma de organização ganhou proeminência no processo de fortalecimento do proletariado russo, nos anos posteriores à derrota de 1905.

Em outubro de 1905, as greves gerais alastraram-se pelas províncias russas. A vida industrial, e em muitos lugares a vida comercial, também ficou paralisada. Além do mais, com a adesão dos profissionais liberais, em muitas regiões do país, os jurados negaram-se a julgar, os advogados a advogar e os médicos a atender paciente. Em decorrência, a Rússia se viu paralisada. As ferrovias, os telégrafos, os bondes, as indústrias foram, uma a uma, entrando em greve. *“Os nervos motores do país agonizavam. O corpo econômico estava entorpecido”* (Trotsky, 1909, p.104).

O capital financeiro europeu temeu, então, que o intenso movimento progredisse. Com a queda das ações das indústrias nas bolsas européias, o capital europeu logo pressionou o Estado Tzarista por rápidas soluções, pois *“compreendia que estava diante da revolução e declarou não estar mais disposto tolerar semelhante estado de coisas. Exigiu ordem e garantias constitucionais”*. (Trotsky, 1909, p.109).

Novamente sob pressão da burguesia européia, o governo absolutista lançou um manifesto com algumas aparentes concessões. Em decorrência, grande parte dos grevistas cedeu e o movimento revolucionário recuou. Os anos que se seguiram foram marcados por uma repressão ainda maior e assistiram uma piora crescente nas condições de vida dos trabalhadores.

Apesar de os camponeses não atuarem tão ativamente nos acontecimentos do início do século, sinalizaram para o tzarismo a urgência de algumas mudanças. Como foi visto na seção

anterior, após a revolução de 1905, o Tzar passa a financiar a compra de terras por um pequeno setor dos camponeses, revelando, assim, uma das medidas de contenção das insatisfações no campo. Contudo, para a maioria dos camponeses restou a aplicação intensa de violência.

O objetivo desta seção não é apresentar de forma detalhada os fatos históricos russos do período focalizado, mas mostrar que, a partir do ano de 1905, o proletariado se fortalece e se apresenta como um elemento importante para a compreensão do processo de desenvolvimento russo.

Trotsky afirma que a revolução de 1905 não mudou radicalmente a estrutura estatal russa, sendo, todavia, de extrema importância para fragilizar o tzarismo e consolidar o proletariado como força independente da burguesia russa. Os anos posteriores a 1905 confirmaram essa tendência. Além disso, nesse período, o campesinato passou também por intenso movimento de organização.

A peculiar mistura de elementos retrógrados com fatores mais modernos, observada ao longo do desenvolvimento russo, oferece a chave para a compreensão de importantes acontecimentos de sua história. A solução de tarefas pertencentes a uma classe por outra é uma dessas combinações destacadas por Trotsky que, nesse sentido afirma: *“se a questão agrária, uma herança do barbarismo da velha história russa, tivesse sido resolvida pela burguesia, o proletariado russo não teria podido tomar o poder em 1917. Essa é a essência de 1917”* (Trotsky, 1930, p.63).

Assim, segundo Trotsky, a Revolução de 1917 foi resultado da coordenação de dois elementos de natureza histórica distinta, a saber: o movimento camponês, característico do nascimento do desenvolvimento burguês, e a organização revolucionária do proletariado, o movimento que assinala o ocaso da sociedade burguesa.

No entanto, as mesmas peculiaridades que possibilitaram o proletariado russo chegar ao poder depois da Revolução de Outubro de 1917 também produziram enormes dificuldades econômicas internacionais e internas para o Estado Socialista. Isso porque impuseram tarefas que, em sua essência, não podiam ser conquistadas totalmente dentro da estrutura de um Estado nacional isolado. O destino deste Estado ficou, assim, totalmente articulado ao curso posterior da História mundial.

CAPÍTULO IV: A CATEGORIA DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO

Esse capítulo tem como objetivo apresentar a categoria Desenvolvimento Desigual e Combinado. Somente depois de cerca de dez anos da Revolução de Outubro de 1917, Trotsky explicita, no livro *História da Revolução Russa*, em especial no primeiro capítulo, essa categoria.

O revolucionário russo sintetiza na categoria, resgatando dos estudos do início do século, os traços peculiares da realidade russa e a relação entre elementos gerais e particulares do processo histórico. Enfatiza, com isso, a compreensão da realidade russa enquanto totalidade. E, ademais, apresenta as características do desenvolvimento das relações de produção e das forças produtivas capitalistas que surgem com mais força nos países atrasados.

IV. 1 A Categoria

Trotsky (1930) afirma que a situação historicamente atrasada permite aos países atrasados, sob a pressão econômica, cultural e militar, o privilégio de assimilar as conquistas materiais e ideológicas dos países adiantados, passando por cima de uma série de caminhos intermediários percorridos. “*Os selvagens passam da flecha ao fuzil de um golpe, sem recorrer à trilha que, no passado, separaram as duas armas*” (Trotsky, 1930, p. 20).

Sob o modo de produção capitalista, a busca por novas formas e espaços de produção e reprodução do capital torna-se uma exigência para o desenvolvimento de suas forças produtivas e relações de produção, quer seja, em um primeiro momento, via comércio de mercadorias, quer seja via exportações de capitais.

Como vimos no segundo capítulo deste trabalho, o desenvolvimento das forças produtivas se expressa na elevação da composição orgânica (redução relativa do capital variável em relação ao constante). O processo de acumulação capitalista, além de um processo intenso de concentração e centralização de capitais, gera também relevante influência no movimento da taxa de lucro, apontando uma tendência à sua queda.

No início do século XX, a acumulação nos países de capitalismo adiantado atingia enormes proporções, formando um enorme “excedente de capitais”. A exportação de capitais para o estrangeiro torna-se uma alternativa para uma maior valorização. Os países em que o capital ainda encontra-se pouco desenvolvido são agora arrastados pelo capitalismo mundial.

A pressão econômica dos países adiantados sobre os de desenvolvimento tardio é muito mais intensa. A universalização do capital atinge de forma mais abrupta os países atrasados, gerando especificidades em suas formações sociais.

Nesse processo de expansão, o capital não recomeça, em cada região, a história desde seu início. Os países atrasados, sob a influência das novas formas de produção, incorporam as técnicas, os saberes construídos ao longo de séculos em um breve período de tempo.

O processo de incorporação de técnicas (e outros elementos) não é, contudo, de forma alguma absoluto. Está limitado pelas capacidades econômicas e culturais do país e pelo contexto histórico. Um país atrasado modifica aquilo que toma de empréstimo ao exterior para adaptá-las à sua própria estrutura. Esse processo apresenta, com isso, um caráter contraditório. Por exemplo, sob o comando de Pedro, o Grande, a introdução de elementos da técnica e do saber ocidentais na Rússia expressou-se no agravamento da servidão, após a sua morte. Isso porque o armamento e os empréstimos europeus, ao invés de desenvolver as relações de produção européias, fortaleceram o Tzarismo e o regime servil.

O processo de assimilação de técnicas e saberes vindos de outras estruturais sociais nas diferentes esferas da sociedade, sobretudo na economia¹⁷, não ocorre, portanto, de forma linear, progressiva e contínua. Os ritmos de desenvolvimento são distintos. Nos países atrasados, essa diferença se expressa com maior evidência, pois, sob o capital monopolista, essa desigualdade de ritmos se acentua entre as diferentes nações e mesmo entre os setores econômicos.

Isso porque, embora muitos países tenham incorporado de forma bem rápida uma série de conquistas tecnológicas dos países imperialistas, não conseguiram acompanhar o ritmo e o volume de acumulação que o capital na idade dos monopólios exige. Do mesmo modo, a expansão imperialista para os países atrasados permitiu-lhes saltar etapas percorridas pelos países centrais e, concomitantemente, impôs determinados limites ao seu desenvolvimento. Esse movimento desigual gerou, também, importantes implicações na correlação de força entre os países imperialista e na disputa pelo controle e pela influência sobre os demais países.

¹⁷ Em *História da Revolução Russa*, Trotsky afirma que “é precisamente no campo da economia que se manifesta com seu máximo relevo a lei do desenvolvimento combinado” (1930, p. 24).

Como vimos no primeiro capítulo desta monografia, o todo não é um amontoado de partes. As relações, sobretudo as contraditórias, que se estabelecem entre os elementos produzidos em diferentes ritmos e momentos são determinantes para compreender o processo histórico, em especial o dos países historicamente atrasados.

Os países atrasados têm uma historicidade própria que resulta da combinação desses elementos. Seu desenvolvimento se caracteriza, assim, pela articulação original de diversos momentos do processo histórico percorridos pelos países adiantados.

Na era do capital financeiro, o desenvolvimento dos países atrasados apresenta características diferentes das dos processos clássicos. A dominação política e econômica necessária à expansão do capital resultou em misturas bastante peculiares de elementos das formas sociais pré-existentes com a capitalista. Para assegurar lucros de monopólio, em não poucas vezes, o imperialismo apoiou as antigas formas de Estado, impondo-lhes, todavia, um novo conteúdo. Por exemplo, na Rússia, o Tzarismo, sob pressão da burguesia européia, tornou-se agente dos instrumentos histórico fundamentais da transformação capitalista.

A expansão do capital para países ainda não capitalistas ocorre, portanto, combinando elementos do antigo modo de produção com as novas relações de produção. Vale lembrar que Marx (1857) ressalta que em toda e qualquer forma social existe uma relação social que determina o grau e a importância de todas as demais que com ela coexistem. No modo capitalista de produção, o capital cumpre esse papel.

A categoria do DDC se expressa, assim, em uma fusão de dois movimentos intimamente relacionados. O aspecto desigual e o aspecto combinado do processo de desenvolvimento no capitalismo. De um lado, o desenvolvimento desigual relacionado aos distintos ritmos de crescimento das forças produtivas. De outro lado, o desenvolvimento combinado que, por sua vez, refere-se à relação simbiótica de fatores desigualmente desenvolvidos no processo histórico. Sublinhe-se, contudo, que a separação desses dois movimentos só faz sentido na dimensão analítica, na medida em que compõe uma totalidade, um conceito em que a dialética é a chave explicativa.

Em suma, Trotsky (1930, p.21) afirma que:

A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processum histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que por falta de denominação apropriada chamaremos de lei do

desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha.

Essa amálgama de elementos de diferentes momentos do desenvolvimento social forma uma estrutura interna altamente contraditória. A indústria russa, nascida tardiamente, incorporou técnicas estruturas de organização modernas e avançadas. O desenvolvimento econômico russo queimou etapas que exigiram, nos países capitalistas centrais, centenas de anos de desenvolvimento das forças produtivas. Como conseqüência, determinados setores da indústria russa desenvolveram-se em um ritmo extremamente veloz, chegando a superar, no início do século XX, seus congêneres na Alemanha, em alguns aspectos. Já a agricultura permaneceu, na maior parte do país, quase nos mesmos padrões tecnológicos e produtivos do século XVII. Assim, caracteriza o desenvolvimento do capitalismo na Rússia o fato de os processos de assimilação de elementos dos países adiantados não se darem da mesma maneira nos diversos segmentos e setores da economia.

A nobreza czarista, ao mesmo tempo em que impôs limites ao desenvolvimento do capitalismo no campo, possibilitou ao capital financeiro europeu investimentos vantajosos, os quais impulsionaram o desenvolvimento das forças produtivas capitalista nos centros industriais.

Sob constante pressão econômica e militar dos países da Europa ocidental, o Estado Tzarista, para se manter no poder, mediou o processo de assimilação das técnicas e saberes trazidos, sobretudo pelo capital financeiro europeu. Contudo, cumpriu esse papel sem abrir mão de seus privilégios, mediando os privilégios monopolista e os feudais. Em outras palavras, a nobreza Tzarista procurou articular o interesse do capital financeiro europeu e da burguesia russa com os seus próprios e seculares privilégios. Aboliu a servidão, construiu empresas públicas e subsidiou o capital financeiro, tornando-se uns dos principais agentes do desenvolvimento das relações de produção capitalistas no país.

Como já registrado, Trotsky conclui que a solução, por uma classe, de problemas que caberiam em princípio a uma outra é característica do desenvolvimento capitalista na periferia do sistema. Tal substituição de “sujeitos” no processo histórico tem origem, em última instância, no fato de os desenvolvimentos atrasados e tardios combinarem formas sociais pré-existentes com formas capitalistas importadas.

A manutenção de antigos privilégios da nobreza impôs grandes dificuldades para penetração das relações capitalistas no campo. Embora as relações servis tenham sido abolidas legalmente, e embora parte dos camponeses tenha alimentado a formação do proletariado urbano, a questão agrária não foi resolvida por completo na Rússia, visto que era necessário garantir os privilégios do tzarismo. Por sua vez, a expansão do capital financeiro europeu e a estrutura do Estado Tzarista inibiram, ou melhor, retardaram o processo de formação de uma burguesia nacional industrial e rural capaz de contrapor-se ao poder absolutista.

Assim, o tzarismo continuou a existir graças ao poder de sua organização, à nulidade política da burguesia russa, à desorganização do proletariado, e, sobretudo, ao apoio do capital financeiro estrangeiro.

Todavia, a partir da experiência revolucionária de 1905, o proletariado entrou na história russa como uma importante força contestadora do regime absoluto, como foi visto no terceiro capítulo deste trabalho. No início do século XX, marcado pela violenta repressão imposta pelo tzarismo, os operários russos puderam assimilar as conclusões mais avançadas do pensamento revolucionário europeu. Por seu turno, a indústria russa, ainda que retardatária, foi capaz de compreender a importância da conquista da organização capitalista.

A peculiar mescla de elementos oriundos de formas sociais pré-existente com fatores mais modernos do capitalismo mundial, observada no desenvolvimento do capitalismo na Rússia, permitiu o amadurecimento de contradições típicas de períodos históricos distintos que se combinaram e se coordenaram.

Segundo Trotsky, a chave explicativa da Revolução de 1917 apresenta-se justamente nessa combinação de contradições das antigas relações feudais com as contradições próprias ao capitalismo maduro. A primeira se expressa no movimento camponês que reivindica a efetiva solução do problema agrário, movimento característico do nascimento do capitalismo. A segunda revela-se na organização revolucionária do proletariado, movimento que anuncia o ocaso da sociedade burguesa.

Como acima exposto, a análise da história russa e da expansão mundial do capital financeiro foi um substrato essencial para a construção da categoria DDC. Para tal Trotsky partiu de uma análise detalhada da realidade russa, sem nunca perder de vista a dimensão da totalidade. Vale sublinhar, ainda, que a categoria em foco (DDC), ao associar elementos

desigualmente desenvolvidos, possibilita explicitar as relações contraditórias, por eles estabelecidas. Assim, as características particulares resultantes dessa articulação e os traços comuns à formação e consolidação do modo de produção capitalista são utilizados de maneira tal que o objeto analítico possa se apresentar como unidade, como um todo articulado.

CONCLUSÃO

Este trabalho chega ao fim certo de que muitos passos ainda precisarão ser dados para uma compreensão mais clara e abrangente da categoria DDC.

Como discutido, a categoria DDC foi apresentada por Trotsky, de forma difusa, ao longo de seus estudos do início do século XX. Em *A História da Revolução Russa* de 1930, a noção aparece mais clara, em meio à descrição dos fatores que levaram as duas revoluções de 1917. No entanto, Trotsky não deu prosseguimento ao desenvolvimento da noção de DDC em sua obra, fato que dificulta o trabalho de análise da categoria¹⁸.

O resgate dos elementos constituintes da categoria em foco iniciou-se, no primeiro capítulo, pelo resgate do método que dá lógica à sua construção. A análise de Trotsky revela a constante preocupação em compreender a realidade russa enquanto uma totalidade. Nesse quadro, a categoria DDC, ao articular os elementos desigualmente desenvolvidos, recupera para análise a dimensão do todo, sobretudo no caso de padrões de desenvolvimento associados a países atrasados.

O ponto de partida do estudo é a análise do desenvolvimento do modo de produção capitalista na Rússia e suas profundas relações com o capitalismo das potências européias. Desse modo, o segundo capítulo desta monografia cumpriu o papel de apresentar os elementos econômicos presentes na obra de Marx, Engels e Lênin. Resgatou-se de tais autores os mecanismos da acumulação capitalista que levaram à expansão mundial do capital. De Lênin, foi sublinhada a idéia da desigualdade do ritmo do desenvolvimento das forças produtivas entre setores produtivos e entre países.

Este trabalho, ao apresentar a história russa em seu terceiro capítulo, destacou, dentre as combinações do desenvolvimento dos países atrasados, aquela que resulta da solução de tarefas de uma classe por outra. Isso porque foi essa a combinação que se apresentou como a

¹⁸ Ver Bianchi (2001), Demier (2008), Lowy (2000).

mais relevante para a compreensão das peculiaridades do desenvolvimento do capitalismo na Rússia.

O último capítulo recuperou e articulou os elementos chave apresentados ao longo deste trabalho. A síntese que resulta na noção do Desenvolvimento Desigual e Combinado foi, então, exposta.

A categoria focalizada nesta monografia (DDC) exerceu influência, direta ou indireta, tanto na economia política, quanto em outras ciências sociais, como a história, a sociologia e a antropologia. No pensamento social brasileiro, autores como Florestan Fernandes, Ruy Mauro Marini, Francisco de Oliveira, entre outros, utilizaram a categoria em suas análises, muitas vezes de maneira implícita. O estudo dessa influência no pensamento social brasileiro constitui um fértil campo de análise sobre a formação e consolidação do modo de produção capitalista no Brasil.

Por fim, é ainda importante destacar que a categoria DDC ganha uma importância política, para além da sua dimensão analítica. Vale lembrar que, no mesmo período em que sintetizou a categoria DDC, Trotsky buscou sistematizar sua “teoria” da revolução para os países atrasados, a chamada teoria da Revolução Permanente. O exame dessa teoria é mais um dos possíveis desdobramentos desse estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIANCHI, A. (2001) O primado da Política: Revolução Permanente e Transição. *Revista Outubro*, nº 05, p. 101-115. Instituto de Estudos Socialistas, São Paulo.

CARVALHO, E. (2007) A Totalidade Como Categoria Central na Dialética Marxista. *Revista Outubro*, nº. 15, p. 177-193. Instituto de Estudos Socialistas, São Paulo.

CORAZZA, G. (1996). O Todo e as Partes: Uma Introdução ao Método da Economia Política. *Revista Estudos Econômicos*, nº26, p.35-50. USP, São Paulo.

DEMIER, F. (2008) *Do Movimento Operário Para a Universidade: Leon Trotsky e os Estudos sobre o Populismo Brasileiro*. Tese de Mestrado, Faculdade de História, UFF, Rio de Janeiro.

_____. (2007) A Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado de Leon Trotsky e A Intelectualidade Brasileira. *Revista Outubro*, nº 16, p 34-50. Instituto de Estudos Socialistas, São Paulo.

DOBB, M. (1937) *Economia Política e Capitalismo*. Rio de Janeiro: Graal. 1978

FERNANDES, L.M. (1999). Rússia: do capitalismo tardio ao socialismo real. In Fiori, J.L. (org). *Estados e Moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes

KONDER, L. (1981) *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense. 1997

KOSIK, K. (1976). *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LÊNIN, V. (1916) *O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*. Cidade Global editora, 1979.

LOWY, M. (2000) A teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado. *Revista Outubro*, nº 01, p 73-80. Instituto de Estudos Socialistas, São Paulo.

MALTA, M. e CASTELO, R. (2009). Marx e a História do Pensamento Econômico: um debate sobre método e ideologia. [AULA], In: Curso “ Economia Política Marxista”., Programa Latino Americano de Educação à Distância, Centro Cultural da Cooperação Floreal Gorini, Buenos Aires.

MARX, K. (1857). Introdução à Contribuição à Crítica da Economia Política. In: *Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. (1858). *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Prefácio. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. (1867 a). *O Capital, Crítica a Economia Política*. Livro III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1984.

_____. (1867 b). *O Capital, Crítica a Economia Política*. Livro I. São Paulo: Nova Cultural. 1985

MUSSE, R. (2005). A dialética Como Discurso do Método. *Revista Tempo Social*, nº17, p.1-30. USP, São Paulo.

NETTO, J.P. (1992). Estado e Questão Social no Capitalismo dos Monopólios. In: *Estado e Questão Social*. São Paulo: Cortez. 2006.

OLIVEIRA, F. (2006). O Momento Lênin. *Revista Novos Estudos*, nº 75, p.23-47. CEBRAP, São Paulo.

OLIVEIRA, F. (1972). *Crítica à Razão Dualista e O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

TROTSKY, L. (1906). *Balanço e Perspectiva*. In: www.marxists.org/espanol/trotsky/balance/index.htm. Acessado em 10/04/2009

TROTSKY, L. (1909). *A Revolução de 1905*. Rio de Janeiro: Global Editora.

_____. (1930). *História da Revolução Russa*. São Paulo: Sundermann, 2007.

Endereços Eletrônicos

<http://vermelho.org.br/pcdob/secretarias/formacao/imperialismo.asp>

Acessado em 10/10/2009

<http://www.pcb.org.br/historia1a.pdf>

Acessado em 21/10/2009

http://www.sr-cio.org/index.php?option=com_content&view=article&id=205:a-revolucao-russa-de-1905-a-classe-trabalhadora-mostra-sua-forca&catid=45:historia&Itemid=62.

Acessado em 15/11/2009